

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

KÊNIA KRISTINA FURTADO

**CURRÍCULO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ENTENDENDO O DEBATE**

Florianópolis, julho de 2014

KÊNIA KRISTINA FURTADO

**CURRÍCULO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTENDENDO
O DEBATE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina como pré-requisito para a obtenção da Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Zenilde Durli.

Florianópolis, 2014

KÊNIA KRISTINA FURTADO

**CURRÍCULO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ENTENDENDO O DEBATE**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 02 de julho de 2014.

Prof.^a Dra Maria Sylvia Cardoso Carneiro
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dra. Zenilde Durli
MEN/CED/UFSC

Prof.^o Dr. Juares Thiesen
MEN/CED/UFSC

Prof.^a Dra. Izabel Cristina Feijó de Andrade
USJ

Suplente: Prof.^a Dra. Roselane Fátima Campos
MEN/CED/UFSC

Florianópolis, SC, julho de 2014

AGRADECIMENTOS

Sou grata aos meus pais, Anésia Maria Martins Furtado e Manoel Catarino Furtado Filho, meus maiores exemplos, por apostarem sempre em mim e serem meu porto seguro. E também ao meu irmão, Daniel Furtado, que apesar de distraído com seus jogos e atividades, sempre soube alegrar-me em dias difíceis. Amo-os incondicionalmente!

Agradeço também ao meu parceiro de dança e de vida, Luis Paulo Perdoná Gregório, que muitas vezes deixou de lado suas próprias preocupações para cuidar do meu coração ansioso e do meu quadril que necessita de recuperação. Obrigada por ser você do seu jeito!

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas Tayara Meira Bittencourt e Samantha Tavares, minhas parceiras de estágios, pelos quais confrontamos nossas certezas e incertezas. Foi em meio às angústias, emoções, dificuldades e facilidades, que nossas amizades se fortaleceram. Obrigada por cada não, cada sim, cada cara feia, cada discussão, cada entendimento, cada momento que compartilhamos ao longo desse processo formativo.

Por fim, agradeço a minha orientadora, professora Zenilde Durli, que me proporcionou muitas oportunidades de crescimento ao longo do meu processo formativo como acadêmica do Curso de Pedagogia e por dividir seus conhecimentos nesse percurso.

“[...] algo pode adquirir sentido, perder seu sentido, mudar de sentido, pois o próprio sujeito evolui, por sua dinâmica própria e por seu confronto com os outro e o mundo” (CHARLOT, 2000, p. 57).

RESUMO

A temática que escolhi para aprofundar meus estudos no Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) está vinculada ao campo do currículo, abordando mais especificamente as discussões que envolvem o currículo na Educação Infantil. O estudo tem como objetivo geral analisar as discussões sobre o currículo para e na Educação Infantil presentes nas produções teóricas socializadas nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período de 2000 à 2013. Selecionei, como recorte intencional, as produções do Grupo de Trabalho (GT) 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos, visando compreender como a questão vem sendo abordada nos estudos atuais da área. No desdobramento do objetivo geral, os objetivos específicos abarcaram: compreender as discussões acerca do currículo para a Educação Infantil; identificar a produção teórica sobre o currículo na educação infantil a partir das publicações do GT 07 da ANPEd; analisar as discussões presentes nos textos amostrados; reconhecer a(as) concepção(ões) de currículo predominantes na produção analisada. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida com base em estudo bibliográfico e documental. A análise e o tratamento das informações foram pautados na técnica de análise de conteúdo. Os resultados demonstram que apesar de pouco debatido na área da Educação Infantil, a questão do currículo se expressa nas produções por meio da preocupação com as especificidades dessa etapa da Educação Básica. Firmando um posicionamento político na defesa dessas singularidades, alguns estudiosos da área argumentam a favor do uso de outras denominações, como proposta pedagógica, projeto pedagógico, proposta curricular, entre outras. Os estudos apontaram que a concepção predominante na produção analisada vai além do termo utilizado. Indicam a compreensão de currículo como sendo um processo formativo mais amplo, um eixo de princípios e organização da ação educativa que expressa intencionalidades declaradas e também silenciadas, ou seja, um projeto educativo.

Palavras-chaves: Educação Infantil. Currículo. Projeto formativo.

ABSTRACT

The thematic that I chose to deepen my studies on my final paper is linked to the curriculum theme, more specifically the discussion that involves the curriculum on the Childhood Education. The main objective of the study is to analyze the discussions about the curriculum for the childhood education that are found on the theoretical productions presented on the annual meetings of the “Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)” between the period of 2000 to 2013. I selected, as intentional frame, the productions of “Grupo de Trabalho (GT) 07 – Educação de crianças de 0 a 6 anos”, in order to understand how the matter is being presented on the current studies. The specific objectives of the study are: to understand the discussions about the curriculum for the Childhood; to identify the theoretical production about the curriculum on the Childhood using the database of the GT 07 (ANPEd); to analyze the presented discussions on the sample texts; to recognize the predominant conception of curriculum on the analyzed articles. This qualitative research was developed based on a bibliographical and documentary study. The review was based on a content analysis. The results shows that despite the lack of debate about the subject, the matter – curriculum – is presented on the articles by the preoccupation with the specificities about this stage of Childhood. Signing a political position on the defense of this singularities, some scholars argue for the use of others designations such as: Pedagogical Proposal, Pedagogical Project, Curriculum Proposal, inter alia. The articles had pointed that the predominant conception exceed the used term, they indicate the understanding of curriculum as a broader formation process, a organization and principle axis of the educative action that reveals declared and also silenced intentionalities, therefore, a educational Project.

Keywords: Childhood Education, Curriculum, Formative Project.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
COEDI	Coordenação-Geral de Educação Infantil
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DEI	Divisão de Educação Infantil
E. I.	Educação Infantil
GT	Grupo de Trabalho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 – Número de artigos apresentados no GT 07 – Educação de crianças de 0 a 6 anos, disponíveis no site da ANPEd nos anos de 2000 a 2013, nos quais os termos selecionados aparecem.....31

Quadro nº 2 – Trabalhos selecionados do GT 07 – Educação de crianças de 0 a 6 anos, disponíveis no site da ANPEd nos anos de 2000 a 2013, como foco de análise desse estudo.....32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INFANTIL	19
2.1 Currículo: a concepção que orientou o estudo	19
2.2 Currículo no contexto da Educação Infantil: o debate na área	21
3 CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO NA PRODUÇÃO TEÓRICA DA ÁREA	30
3.1 Procedimentos metodológicos: definindo o recorte de estudo	30
3.2 A concepção de currículo a partir da análise documental.....	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	48

1 INTRODUÇÃO

A temática que escolhi para aprofundar meus estudos no Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia está vinculada ao campo do currículo, mais especificamente sobre as discussões que envolvem o currículo na Educação Infantil. O interesse por ela foi se desenvolvendo ao longo desse processo de formação inicial, principalmente a partir do quarto semestre, quando cursei duas disciplinas que considero fundamentais nessa decisão: *Organização dos Processos Educativos II*¹ e *Educação e Infância IV: Fundamentos da Educação Infantil*². A primeira, com foco nas teorias do currículo, deixava-me extremamente inquieta, pois além de ser algo novo nos meus estudos, a disciplina trazia textos com termos complexos que me faziam querer buscar mais leituras para entendê-los. Desse modo, a discussão sobre currículo foi me mobilizando para querer saber mais. Curiosamente, neste mesmo semestre, a disciplina *Educação e Infância IV: Fundamentos da Educação Infantil* passou a trazer aproximações entre currículo e Educação Infantil, por meio do estudo de documentos oficiais que regulam³ e orientam essa etapa da Educação Básica.

No decorrer dos semestres seguintes outros aspectos foram favorecendo o crescimento do meu interesse pela questão, mas o principal deles se refere às inúmeras leituras que fiz sobre infância e Educação Infantil. Nelas pude perceber que pouco se utilizava o termo currículo, ou se evitava seu uso sendo utilizadas outras denominações para expressá-lo. Assim, em meio ao inicialmente desconhecido campo do currículo e sob a influência das disciplinas mencionadas, o que era uma leitura obrigatória foi se transformando em vontade de envolvimento para entender melhor a relação entre currículo e Educação Infantil. Alguns questionamentos acerca da temática foram crescendo: há

1 Disciplina do Departamento de Estudos Especializados em Educação que se propõe a discutir as questões relacionadas ao currículo escolar.

2 Disciplina do Departamento de Metodologia de Ensino que se propõe a discutir os fundamentos históricos políticos e pedagógicos da Educação Infantil.

3 O termo regulação tem muitas acepções que podem variar de autor para autor ou da área na qual é utilizado. Aqui me refiro ao conjunto das regras, convenções e mecanismos de controle implantados por uma autoridade reconhecida para orientar as ações de atores sobre os quais ela tem certa autoridade. (LESSARD, s\d).

resistências ao uso do termo currículo na Educação Infantil? Quais os termos que são utilizados na área para expressar as questões relativas ao currículo? Que justificativas são construídas para o uso desses termos e não de currículo?

Fui percebendo, na mediação das leituras e discussões, que a forma como se constituiu a Educação Infantil⁴ no Brasil teve implicações no modo como as discussões acerca do currículo foram sendo concebidas na área. O fato de a Educação Infantil ter tido sua origem a partir de iniciativas assistencialistas protagonizadas por forças médico-higienistas, jurídico-policiais e religiosas (KUHLMANN, 2007), foi reforçando propostas educativas mais centradas em uma perspectiva de cuidado. Segundo Kuhlmann (2007, p.3):

Não que estas instituições tenham sido assistenciais em uma época e estejam se tornando educacionais. Desde o início, elas foram pensadas como instituições educacionais. No entanto, para as classes populares, para as crianças pobres, reiteradamente se pensou uma educação pobre para os pobres, uma educação de baixa qualidade para os pobres. Aí poderíamos qualificar esta educação como assistencialista, no sentido de revelar um preconceito com a pobreza. No momento de atender a criança pobre já se quer economizar muito mais. Este tipo de visão preconceituosa em relação às classes populares no Brasil ainda persiste de alguma forma. É claro que tivemos avanços. A incorporação ao sistema educacional, de alguma maneira, indica o sentido de tratar a educação infantil como universal, como direito de qualquer criança, mas a realidade ainda está bastante distante disso. [...].

Depreende-se da posição do autor que as diferenças em relação ao tipo de instituição e de propostas educativas foram se estabelecendo também a partir da perspectiva de divisão por classe social. Enquanto para os mais pobres se instituía uma educação mais vinculada ao assistencialismo aos mais abastados economicamente a proposta hegemônica era de escolarização precoce. Essa diferença não representou simplesmente uma questão de “conteúdo a ser ensinado e a ser objeto de trabalho na instituição” (*Idem.*), mas de instituir uma proposta pedagógica diferenciada orientada pela questão de classe.

4 Esclareço que antes da atual LDB, Lei 9.394\1996, a etapa educativa que antecedia o ensino primário, atual anos iniciais do Ensino Fundamental, era denominada de Educação pré-escolar. No texto do TCC, dependendo do contexto histórico aos qual estarei me referindo, podem aparecer as duas formas de registro.

A adoção de práticas similares às aquelas desenvolvidas na escola primária, bem como a preocupação com a sistematização de conhecimentos com a finalidade de “preparar” para a escolaridade obrigatória, orientou muitas iniciativas pedagógicas no país. Porém, pensar a Educação Infantil como fase preparatória não permitia (e ainda não permite) que a infância fosse reconhecida como um tempo em si. “Ainda não é o momento de sistematizar o mundo para apresentá-lo à criança: trata-se de vivê-lo, de proporcionar-lhe experiências ricas e diversificadas” (KUHLMANN JR., 2000, p. 57). Em contraposição às duas propostas, passou-se a defender que “a educação da criança pequena também deve ser pensada na perspectiva de seu direito a brincar, ao jogo, no sentido de proporcionar um desenvolvimento integral [...]”. (KUHLMANN, 2007, p. 3).

Assim, de acordo com Cerisara (1999), instala-se de um lado uma “educação assistencial” baseada no modelo hospitalar e familiar e, de outro, uma “educação escolarizante” baseada no modelo da escola do Ensino Fundamental. Nesse contexto, o cuidar tinha seu lugar desvalorizado enquanto as atividades consideradas “pedagógicas” ganhavam valor. As dimensões de cuidado e educação eram tidas como elementos separados e, muitas vezes, até antagônicos. Essa dicotomia entre o cuidar e o educar justificou então, perspectivas educativas diferenciadas para e na Educação Infantil.

No contexto de discussão e construção da atual *Lei nº 9.394/1996*, que estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, a superação dessa cisão que já vinha sendo tema de debates e de iniciativas teórico↔práticas em diversos contextos, instalou-se como desafio. Os pesquisadores da área passaram a se perguntar: “Como transformar as instituições de educação infantil em um nível de ensino, sem que elas reproduzam ou tragam para si as práticas desenvolvidas no Ensino Fundamental?” (CERISARA, 1999). Este questionamento esteve na base das discussões e reverberou no texto da *LDB*, no qual a educação da infância ganha uma denominação diferenciada. Enquanto as demais são referidas pelo termo “ensino” (Ensino Fundamental e Ensino Médio) a educação da infância é denominada de Educação Infantil. A posição política dos educadores e

pesquisadores que debatiam a questão e firmaram tal posicionamento de diferenciação, consubstanciou uma postura de alerta e de chamada de atenção para as especificidades que marcam a Educação Infantil. Constitui-se, portanto, em um marco importante na constituição e reconhecimento da Educação Infantil como espaço e tempo de viver a infância e de ser criança.

A lei em questão veio demarcar o espaço da Educação Infantil, tornando-a a primeira etapa da Educação Básica. Esse avanço foi orientado pela ideia de que era preciso desvincular a pré-escola e a creche da Secretaria de Assistência Social e Saúde, para começar a fazer parte da área da Educação e, portanto, do Ministério da Educação. Essa conquista e reconhecimento foram alcançados pela mobilização social bastante representada pela comunidade acadêmica, grupos de pesquisa na área específica e entidades do campo da Educação.

A partir da aproximação com esses elementos históricos, outras questões foram se apresentando: Que concepção de infância esteve presente nesse percurso? Quem são as crianças e quais especificidades marcam a infância?

Estudos históricos sobre a infância, dentre os quais se destacam os de Philippe Àries (1981), revelam que, por volta do século XVIII, a criança passou a ser percebida no mundo adulto a partir do reconhecimento de suas características e necessidades próprias. Em meio a este reconhecimento, os pequenos deixam de pertencer à categoria adulto como “adultos em miniatura” e vai sendo construída uma nova categoria para representar esses pequenos sujeitos, nomeada mais tarde de Infância. Acontece que a concepção que se formava de criança estava apoiada na visão que o adulto da época tinha sobre ela: um ser imaturo, incompleto, passivo, que está por vir a fazer parte da categoria adulta. A concepção de infância, portanto, que se delineava até então, era apenas a de uma etapa da vida que se tinha antes de ser adulto.

Ocorre, porém, que no movimento da realidade ao longo da história as concepções de criança e de infância foram se modificando e ganhando maior evidência. Tomo como exemplo a concepção de criança presente nas atuais *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)*, onde é concebida como:

[..] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 1)

Tal visão se contrapõe às concepções tradicionais que entendiam a criança como um ser incompleto, que precisa ser preparado para agir diante do mundo. De um ser que estaria em devir, a criança passou a ser criança; a Infância que um dia foi vista como um “tempo para”, é aos poucos abordada como um “tempo em si”. Nas palavras de Arroyo (1994, p. 91):

“Não queremos uma escola para um dia ser. Queremos uma escola onde na infância a cidadania seja uma realidade. Em nome de um dia ser, não deixamos que a criança seja no presente”.

A criança está imersa em contextos que se diferenciam e influenciam diretamente no seu jeito de ser criança e revelando múltiplas formas de viver a infância. Arroyo (1994) confirma este pensamento quando defende que a infância não existe como categoria estática, como algo sempre igual. A infância é algo que está em permanente construção. É uma categoria social na qual se compreende a criança inserida na história e na cultura. Portanto, é em meio ao reconhecimento das potencialidades da criança e de seus jeitos e direitos de viver a infância no tempo presente, que entendemos a não existência de uma linearidade, mas o contínuo movimento de idas e vindas que pressupõe a concepção de Infância como uma construção social e cultural que define diferentes modos de compreender a criança ao longo da história.

Essa compreensão que vem sendo construída, aliada aos avanços que já se deram na área, especialmente a partir da década de 1980, exige um novo olhar sobre a infância e o ser criança nas instituições educativas. Além disso, o lugar que passa a ocupar a Educação Infantil no contexto da Educação Básica chama a questão da organização do currículo para as crianças pequenas⁵ à discussão. Penso que considerar essa discussão é uma das formas de,

5 Para o contexto desse estudo utilizei a expressão “crianças pequenas” quando me referi às crianças de 0 a 6 anos, sujeitos da Educação Infantil.

justamente, resguardar as especificidades da educação para as crianças nas creches e pré-escolas.

Assim, reconhecendo o importante papel que o currículo passa a ter na constituição de um projeto educativo que considere as crianças como sujeitos históricos e de direitos, a pergunta que orienta a investigação questiona: a discussão sobre o currículo para a educação infantil está presente na produção teórica da área? O que ela revela?

Tendo em vista o problema apresentado delimitei o seguinte objetivo geral: analisar as discussões sobre o currículo para e na Educação Infantil presentes nas produções teóricas socializadas nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), tomando como recorte temporal o período entre os anos de (2000 à 2013) e como recorte intencional o grupo de trabalho (GT) 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos, visando compreender como a questão vem sendo abordada nos estudos atuais.

No desdobramento do objetivo geral, os objetivos específicos abarcam: compreender as discussões acerca do currículo para a Educação Infantil; identificar a produção teórica sobre o currículo na educação infantil a partir das publicações do GT 07 da ANPEd; analisar as discussões presentes nos textos amostrados; reconhecer a(as) concepção(ões) de currículo predominantes na produção analisada.

A pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida com base em estudo bibliográfico e documental. Segundo Minayo (2006) sendo a pesquisa uma atividade tipicamente humana, carrega consigo valores, interesses, aspirações e desejos que emergem da própria experiência de seus investigadores. Para ela a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações tipicamente humanas, um lado não perceptível e não identificado em equações, médias e estatísticas. Portanto, essa pesquisa buscou estabelecer uma relação íntima com questões particulares de desconforto e de dúvidas que me levaram a querer discutir o

tema em questão. Descobrir o quanto eu sabia e não sabia e como o tema vinha sendo tratado atualmente, foi me mobilizando.

Pelo estudo bibliográfico que realizei, embora restrito considerando o pouco tempo que tive para as leituras, pude ampliar um pouco mais minha compreensão da problemática, oferecendo fundamentos para entender e analisar os documentos do GT 07 da ANPEd que foram selecionados. A partir das bibliografias fui compreendendo melhor a discussão e até mesmo percebendo que há muitas possibilidades de conceituar e entender currículo. Também compreendo que para fazer a análise dos documentos precisava delimitar a minha compreensão de currículo e, nesse sentido, as leituras foram fundamentais.

O estudo documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, diferenciando-se pelo fato de procurar informações em textos que não receberam nenhum tipo de tratamento científico, ou seja, documentos originais que constituem fonte primária de informações. Embora tenhamos tomado artigos publicados na ANPEd como fonte de pesquisa, ao fazê-lo, tais documentos transformaram-se, para efeito da pesquisa, em fonte primária.

A análise e o tratamento das informações foram pautados na técnica de análise de conteúdo. Essa técnica tem por finalidade “efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (VALA, 1999, p. 104). É provocando essas inferências que pude identificar as predominâncias, bem como os efeitos causados por elas. Segundo Bardin (1979 apud VALA, 1999, p. 103), “é a inferência que permite a passagem da descrição à interpretação, enquanto atribuição de sentido às características do material que foram levantadas, enumeradas e organizadas”.

Para chegar a essas inferências, com base em Bardin (1977) organizei o trabalho em três etapas: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Segundo Bardin (1977), a primeira etapa trata-se da organização propriamente dita. Corresponde a um “período de intuições” muitas vezes traçado em forma de questões orientadoras que levem

para onde se quer chegar. Foi nesta fase que iniciei, em forma de tabela, o mapeamento da produção teórica da ANPEd a partir de seus resumos, temas, títulos. Nesse processo fui identificando os artigos que, como dissemos, tornaram-se documentos a serem analisados. Para selecioná-los utilizei como elementos de busca as seguintes palavras e expressões: currículo, diretrizes curriculares, projeto pedagógico, projeto/proposta educacional/educativa, proposta curricular, proposta pedagógica, projeto político-pedagógico, orientações curriculares, referencial curricular.

A segunda etapa consistiu na administração sistemática das decisões tomadas na primeira etapa, portanto, feito o primeiro levantamento, delimiti pelas palavras e expressões de busca os textos que seriam documentos de análise para o tratamento e interpretação. Por fim, na terceira etapa fiz a leitura e análise dos documentos selecionados, com base no estudo bibliográfico que já havia realizado, promovendo interpretações segundo os objetivos previstos no estudo.

O estudo que aqui apresento está organizado em três partes. Na primeira, apresento algumas reflexões sobre a concepção de currículo na perspectiva de sinalizar a compreensão que vai orientar o estudo. Em seguida, evidencio as discussões sobre currículo no contexto da Educação Infantil, procurando compreender os posicionamentos históricos acerca do debate. Na segunda parte sintetizo o caminho trilhado para a seleção dos documentos em direção à análise de conteúdo proposta. Em seguida, apresento os documentos selecionados imersos em seus contextos, buscando analisar as discussões presentes nos textos amostrados e que concepção está presente nesta discussão. Por fim, a terceira parte revela minhas considerações finais, nela, trago os resultados desdobrados de minhas primeiras indagações e dos objetivos desta pesquisa, bem como meus anseios futuros decorrentes do estudo.

2 CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir das leituras selecionadas para o estudo apresento inicialmente algumas reflexões sobre a concepção de currículo na perspectiva de sinalizar a compreensão que vai orientar a análise de dados. Em seguida, busco evidenciar as discussões sobre currículo no contexto da Educação Infantil, levantando posicionamentos históricos para a Educação Básica.

2.1 Currículo: a concepção que orientou o estudo

Para compreender como vem se dando as discussões sobre currículo no âmbito específico da Educação Infantil foi necessário, primeiramente, entender como o próprio termo foi cunhado e concebido na sua trajetória histórica. As primeiras leituras me fizeram perceber que o contexto do seu surgimento esteve associado a outros termos, o que pode ajudar a explicar alguns posicionamentos quanto ao seu uso no âmbito da Educação Infantil.

Os termos classe e currículo emergem associados a manifestações de eficiência escolar e social. O termo classe para designar as subdivisões de grupos de crianças\jovens no interior das unidades educativas, pois havia indicativos, na época, de que a eficiência em termos de aprendizagem dos estudantes e também do controle destes e dos professores seria potencializada. O termo *curriculum*, por sua vez, foi utilizado no contexto do ensino superior se referindo à coerência estrutural (disciplina) e a sequência interna desta (ordem) pelas quais deveria ser organizado um curso ou plano de estudo (HAMILTON, 1989). Encerra, desse modo, “duas ideias principais: uma de sequência ordenada, outra de noção de totalidade de estudos” (PACHECO, 2005, p.35). O currículo teria, então, o objetivo de tornar um processo formativo mais eficiente ordenando os conteúdos em disciplinas.

Do ponto de vista etimológico o termo currículo vem da palavra latina *Scurrere*, correr, e refere-se a curso (GOODSON, 1995), sendo dicionarizado pela primeira vez em 1663 com esse sentido. Pacheco (2005) argumenta, no entanto, que embora se localize a origem do termo na antiguidade clássica, é preciso considerar que a realidade escolar sempre coexistiu com a realidade

curricular. Explicita que o conceito tem sofrido, ao longo dos tempos, mudanças “que o tem transportado desde uma concepção restrita de plano de instrução até uma concepção aberta de projecto de formação, no contexto de uma dada organização” (PACHECO, 2005, p. 30). A partir dessa afirmação do autor posso considerar, então, que ainda que não se fale ou não se admita tratar da questão do currículo em alguns contextos educativos ele coexiste com elas e se expressa nas proposições e intencionalidades que são construídas.

Ao tratar do termo currículo, porém, é preciso transgredir esse sentido etimológico. A experiência humana determina linhas conceituais ao termo currículo, que refletem possíveis aproximações acerca das tradições culturais singulares de cada local, suas organizações e finalidades. Isto é, não se pode, portanto, atribuir um conceito fechado ao currículo, pois sua concepção necessita considerar a realidade contextual existente. Nas palavras de Pacheco (2005, p. 36):

[...] Para lá das intenções, existem os interesses e as forças que se movem a sua volta. Quer dizer: o currículo é uma intersecção de práticas diversas, funcionando como um sistema no qual se integram vários subsistemas. E responder a ‘O que é o currículo?’ é algo que nos levará à identificação dos contextos, actores e intenções.

De fato, embora sua conceituação se apresente como uma dificuldade em função de sua imprecisão e da diversidade de tradições⁶, como ocorre em outros campos de estudo, Pacheco (2005) compara o currículo a uma moeda que apresenta duas faces: a das intenções e a da realidade que adquire no contexto de uma estrutura organizacional. Isto é, o currículo se define, essencialmente, pela sua complexidade e ambiguidade, pois não se faz dissociado de interesses e desinteresses políticos e sociais, muito menos de contextos educativos determinados em diferentes tempos e espaços ao longo de sua constituição histórica.

6 Duas tradições são bastante fortes quando se refere à questão do currículo. A primeira responde à perspectiva técnica de conceber a escola e a formação, definindo currículo como um plano formal de organizar a aprendizagem num contexto organizacional. A segunda filiada a uma perspectiva prática e emancipadora de inter-relação dos diversos contextos de decisão, define-se currículo como um projeto que resulta não só do plano de intenções, bem como de sua realização no seio de uma estrutura organizacional. (PACHECO, 2005).

Embora ciente da complexidade do termo e da dificuldade de adotar uma definição é importante tentar analisar o objeto de investigação a partir de uma dada compreensão. Assim, para o contexto deste estudo compartilho da aceção de Pacheco (2005) para o qual:

[...] currículo é um projecto de formação (envolvendo conteúdos, valores/attitudes e experiências), cuja construção se faz a partir de uma multiplicidade de práticas inter-relacionadas através de deliberações tomadas nos contextos social, cultural (e também político e ideológico) e econômico. (p.41).

[...] Currículo é também um projecto, uma práxis sobre um conhecimento controlado, por um lado, 'no contexto social em que o conhecimento é concebido e produzido' e, por outro, no modo 'como esse conhecimento é traduzido para ser utilizado num determinado meio educativo'. (p. 42).

A partir de Pacheco (2005) compreendo currículo como projeto de formação definido a partir de deliberações originadas dos interesses e das disputas em presença nos contextos nos quais é produzido. Na aceção de projeto de formação o currículo se expressa, então, nas intencionalidades declaradas e também silenciadas, na forma de documentos e nas práticas que se instituem no âmbito dos espaços educativos. Considero como documentos que expressam propostas e projetos de formação: diretrizes curriculares, projetos pedagógicos, planos de ensino anuais, projetos didáticos entre outros modos de expressar um projeto de formação. É com esse entendimento que pretendo olhar para os documentos que serão analisados.

2.2 Currículo no contexto da Educação Infantil: o debate na área

Até pouco tempo falar em currículo para a Educação Infantil poderia produzir (e ainda produz) certo desconforto, principalmente pela constante vinculação do termo com as etapas seguintes de escolaridade, para as quais existem programas, grades de matérias e conteúdos predefinidos contendo o que se deve ensinar. A preocupação, no entanto, conforme já mencionamos, é procedente, tendo em vista a história de institucionalização da Educação Infantil no Brasil. Nessa história as práticas estiveram mais orientadas por duas lógicas distintas: a lógica da função assistencialista e a lógica da função escolarizante

(KUHLMANN, 1998; 2007). A centralidade do trabalho nas instituições ora esteve mais atento ao cuidar e ora mais no educar a partir de práticas espelhadas no ensino fundamental e na antecipação dos saberes escolares vinculados, especialmente às áreas de matemática e língua.

A busca pela superação dessa lógica dualista vem de longa data. No Brasil, no entanto, as décadas de 1980 e 1990 do século passado, foram profícuas na produção de pesquisas, estudos e documentos no âmbito das comunidades de pesquisadores e, também, na esfera do governo central na direção de construir políticas e propostas pedagógicas que considerassem as especificidades da Educação Infantil. Nesse período é possível identificar uma maior preocupação com o que é específico da criança, da infância e da Educação Infantil, bem como, uma significativa mudança em como se compreende a função social e política da primeira etapa da Educação Básica, diferenciando-a das demais etapas. Essa percepção é bem evidente em Rocha (2000, p. 68), que afirma:

[...] enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas, através da aula; a creche e a pré-escola têm como objetivo as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade (ou até o momento em que entra na escola). A partir desta consideração, conseguimos criar um marco diferenciador destas instituições educativas: escola, creche e pré-escola, a partir da função social que lhes é atribuída no contexto social, sem estabelecer necessariamente com isso uma diferenciação hierárquica ou qualitativa.

Foi pela compreensão dessas especificidades e na defesa da criança como sujeito social e com o direito de viver a sua infância em instituições pensadas a partir de suas singularidades que muitos educadores defenderam no texto da *LDB 9.394/1996* a diferenciação, inclusive, do nome da etapa que identifica o atendimento das crianças pequenas. Enquanto as demais etapas da Educação Básica têm como prenome “Ensino” (Fundamental e Médio) aquela que se dedica às crianças pequenas foi denominada de “Educação” (Infantil). Tal posicionamento político dos pesquisadores da área foi, e ainda tem sido, de

muita relevância à medida que marca um lugar diferenciado dessa etapa no contexto da Educação Básica.

O receio de que a Educação Infantil fosse concebida a partir das premissas de escolarização que orientam as demais etapas levou muitos educadores e pesquisadores da área a questionarem se a Educação Infantil deveria se envolver com a questão do currículo. Uma expressão bastante contundente desse receio e das discussões que se instituem está registrada em um documento elaborado no âmbito do Ministério da Educação e da Coordenação-Geral de Educação Infantil (MEC\COEDI), denominado de “Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise” elaborado no período de 1994 a 1996. De acordo com o documento o objetivo do grupo de trabalho constituído por pesquisadores⁷ reconhecidos nacionalmente na área foi o de “[...] garantir um paradigma norteador do projeto de educação infantil do país [...]” (BRASIL, 1996, p.8), com a intencionalidade de:

[...] avançar na implementação das diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Educação Infantil (MEC\SEF\DPE\COEDI, 1994), o Ministério da Educação e do Desporto, por intermédio da Coordenação-Geral de Educação Infantil, definiu como ação prioritária o incentivo à elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares coerentes com as diretrizes expressas na Política e fundamentadas nos conhecimentos teóricos relevantes para a educação infantil. (Idem).

7 Consta no documento (BRASIL, 1996) que a equipe de trabalho foi constituída em 1994. Como coordenadores do projeto estavam os técnicos da Coordenação-Geral, sendo: Ângela Maria Rabelo Ferreira Barreto (Coordenadora-Geral de Educação Infantil), Stela Maris Lagos Oliveira (Chefe da Divisão de Ação Pedagógica), Márcia Pacheco Tetzner Laiz (Técnica em Assuntos Educacionais). A equipe de analistas foi constituída por: Ana Maria Mello (CONSULTORA), Ângela Maria Rabelo Ferreira Barreto (MEC/COEDI), Fátima Regina Teixeira de Salles Dias (DEMEC/MG), Ludmila de Marcos Rabelo (MEC/COEDI), Márcia Pacheco Tetzner Laiz (MEC/COEDI), Maria Aparecida Camarano Martins (MEC/COEDI), Maria Fernanda Rezende Nunes (DEMEC/RJ), Maria Lúcia de A. Machado (CONSULTORA), Miguel Farah Neto (DEMEC/RJ), Rosana Miguel de Aragão Soares (DEMEC/MG), Solange Jobim (DEMEC/RJ), Sônia Kramer (CONSULTORA), Stela Maris Lagos Oliveira (MEC/COEDI), Teresa de Jesus Nery Barreto (MEC/COEDI), Tizuko Morchida Kishimoto (CONSULTORA), Vitória Líbia Barreto de Faria (DEMEC/MG) e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira (CONSULTORA). Consta, ainda, como colaboradores na concepção do projeto: Rita de Cássia F. Coelho (MEC/IRHJP), Áurea Fucks Dreifus (MEC/IRHJP) e Jane Margarete de Castro (MEC/IRHJP).

No processo de elaboração desse estudo foram registrados os diferentes entendimentos sobre o uso ou não do termo currículo na Educação Infantil demonstrando as disputas epistemológicas que marcavam as discussões e o trabalho, mas também que consubstanciavam posicionamentos acerca da questão naquele período e que justificam, ainda hoje, alguns posicionamentos no âmbito da academia. As discussões estiveram pautadas no seguinte questionamento: “o que é proposta pedagógica e currículo em Educação Infantil?” (BRASIL, 1996, p.13). A partir desse questionamento os consultores foram se pronunciando na perspectiva de qualificar e diferenciar os termos em textos encomendados pelos MEC. Assim, o documento vai demonstrando os posicionamentos que emergiram naquele contexto.

Nesse documento (BRASIL, 1996) Tisuko Morchida Kishimoto recorre à etimologia da palavra currículo e mostra que o significado do termo evoluiu com o reflexo das diversas concepções de ensino constituídas ao longo da história da educação. A ideia de sequência de matérias e conteúdos pendurou por muito tempo na literatura americana. Segundo a autora, a partir de 1929, a valorização das experiências sociais das crianças acrescenta à concepção de currículo um novo olhar, no qual o aluno é centro curricular e não apenas o conteúdo. Ressalta, ainda que:

O uso indistinto de termos como plano de estudo, programa, proposta pedagógica e currículo também aparece no campo da educação infantil, como demonstra Kishimoto, encontrando-se na literatura a palavra "currículo" sendo utilizada na acepção mais antiga de conteúdos a adquirir em áreas como arte, música, movimento, linguagem e outras, ou na acepção de experiências a serem adquiridas pela criança; o termo "programa" é usado no sentido de propostas governamentais ou institucionais, ou como linhas de trabalho ou mesmo como sinônimo de currículo.

A autora apresenta sua própria concepção sobre os termos, definindo **currículo** como "explicitação de intenções que dirigem a organização da escola visando colocar em prática experiências de aprendizagem consideradas relevantes para crianças e seus pais"; **programa** como "delineamento de linhas de trabalho que pode ocorrer no plano mais geral (governamental ou institucional)" e **proposta pedagógica** como "explicitação de qualquer orientação presente na escola ou rede, não implicando necessariamente o detalhamento total da mesma". Entendendo experiências de aprendizagem como "a interação entre o aluno e

as condições exteriores do ambiente a que ele pode reagir" (conforme Tyler, 1974), a autora pondera que, sendo os alunos individualidades distintas, interpretam e vivenciam as situações de forma variada, podendo-se dizer, nesse sentido, que cada aluno tem um currículo. (BRASIL, 1996, p. 13-14).

A partir do que apresenta o documento acredito que na concepção de Kishimoto o currículo, como expressão de intenções que dirigem a organização da escola e das práticas que nela se instituem, materializa-se nos programas e nas propostas pedagógicas. Ainda defende que currículo deve responder a questões tais como: "qual é a concepção de educação presente? o que ensinar? como ensinar? de que forma, o que e como avaliar?" (p.15). Assim, podemos afirmar que para a autora uma proposta pedagógica expressa também uma proposta de currículo.

A segunda análise apresentada no documento (BRASIL, 1996) traz a percepção de Zilma de Moraes Ramos de Oliveira que, por sua vez, definiu currículo educacional como sendo:

[...] um balizador de ações", estando associado à orientação político-ideológica-técnica que, de modo mais ou menos consciente, têm seus proponentes. Assim, "o currículo envolve modos distintos de encarar o homem e a sociedade, de conceber o processo de transmissão e elaboração do conhecimento e de selecionar os elementos da cultura com que a escola trabalha (Barreto et al, 1994. p.8). (BRASIL, 1996, p.14)

Oliveira chama a atenção para as diferentes concepções que podem orientar um currículo tendo em conta o papel preponderante do professor. Considera currículo como um roteiro de viagem coordenada por um parceiro mais eficiente, no caso o educador ou professor. Para a autora, o planejamento curricular deve evidenciar uma fundamentação teórica como também a estruturação do ambiente de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Nas ponderações de Maria Lúcia de A. Machado currículo está identificado como sendo uma série de hipóteses/pontos de partida, um conjunto de princípios e ações. Por outro lado, "considera limitada a concepção de currículo como "conjunto de todas as experiências de aprendizagem oferecidas pela escola [...]" (BRASIL, 1996, p.14). No documento do MEC reconhece que:

os termos proposta pedagógica, proposta educativa, projeto pedagógico, projeto educativo têm sido utilizados com significados similares na literatura especializada sobre a criança na faixa de zero a seis anos, para indicar o conjunto de princípios e ações que rege o cotidiano das instituições, a autora prefere adotar o termo **projeto educacional-pedagógico** apresentando os motivos para essa opção. O primeiro deles é que a palavra projeto traz em seu bojo a idéia de plano, expresso através de linhas que sugerem uma organização, com determinada finalidade, a partir das concepções, dos sonhos e das intenções daquele(s) que projeta(m). Por sua vez, projeto implica tomar posições, decidir e escolher, levando-se em conta as limitações e possibilidades do real. Estas ações partem de uma realidade configurada, mas, também antecedem uma ação concreta no real, estabelecendo, portanto, condições a priori para essa ação. Além disso, o termo **projeto** sugere também a ideia de esboço, de incompletude a ser traduzida em realidade, permanentemente transformada pelo inédito presente na dinâmica do cotidiano; dosa com equilíbrio a definição/indefinição que deve permear o plano cuja intenção é servir de guia à ação dos profissionais nas instituições de educação infantil. (BRASIL, 1996, p.15).

[...]

A autora conclui que um **projeto educacional-pedagógico** numa instituição de educação infantil, deveria contemplar três planos distintos de princípios e ações registrados em documentos e articulados entre si. Num plano, de responsabilidade da equipe encarregada da definição das políticas, estariam contemplados temas relativos à história da instituição e sua função; à visão de criança, desenvolvimento infantil, conhecimento, aprendizagem, ensino; ao papel do corpo de profissionais envolvidos; às relações instituição/família/comunidade. (BRASIL, 1996, p.16).

Defende a reconfiguração da ideia de currículo como conjunto de experiências e se aproxima da compreensão de currículo como projeto, declarando preferência pela denominação projeto educacional-pedagógico. Parece-me, então, que não há, conforme eu acreditava antes do estudo a negação da existência ou do uso do termo, mas o entendimento de que o currículo se expressa nos e pelos projetos educacionais-pedagógicos construídos em cada contexto singular.

Também no posicionamento de Ana Maria Mello não identifico desconforto no uso do termo, pois trata da questão "o que é proposta pedagógica e currículo em educação infantil?", partindo do pressuposto de que "as instituições de

cuidado e educação infantil coletivas podem ser espaços privilegiados de socialização e aprendizagem para as crianças, desde que o trabalho esteja adequadamente organizado e que seja assumida a função social de **educar e cuidar** das crianças.” (BRASIL, 1996, p.16). Segundo ela, a organização e sistematização do trabalho passa necessariamente pela elaboração de uma **proposta psicopedagógica** (Grifo no original.). Defende, então:

[...] o termo psicopedagógico como mais adequado para currículos de tempo integral e também para a faixa de 3 meses a 3 anos, mesmo em tempo parcial, porque explicita melhor a necessidade de se considerar as características do sujeito que aprende. Afirma que se deve fazer opção por uma aprendizagem significativa que "é, por definição, uma aprendizagem globalizadora, na medida em que supõe que o novo material de aprendizagem se relaciona de forma substantiva e não arbitrária com aquilo que a criança já sabe". (Coll. 1991, p.120). (BRASIL, 1996, p.16)

Ao apresentar o termo psicopedagógico como sendo o mais adequado para expressar “currículos” para a Educação Infantil revela conceber tais propostas como sendo currículos. Defende, ainda, a ideia de currículo aberto no qual devem ser considerados três fatores: “a realidade dos atuais equipamentos de educação infantil, a formação e opção pedagógica dos educadores e as necessidades biopsicossociais das crianças de zero a seis anos.” (BRASIL, 1996, p.16).

Sônia Kramer, no documento do MEC, afirma que:

[...] não estabelece diferença conceitual entre proposta pedagógica e currículo, compreendendo currículo ou alternativa curricular de forma ampla, dinâmica e flexível, que é, via de regra, a maneira como se tem concebido uma proposta pedagógica. Assim, um currículo ou proposta pedagógica reúne tanto as bases teóricas quanto as diretrizes práticas nelas fundamentadas, bem como aspectos de natureza técnica que viabilizam sua concretização.

Partindo do pressuposto de que **uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar**, Kramer afirma que toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada e que **toda proposta contém uma aposta**. Nasce de uma realidade que pergunta e (*sic*) é também busca de uma resposta. E, pois, um diálogo. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui; traz também as dificuldades que enfrenta, os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala é a fala de

um desejo, de uma vontade eminentemente política no caso de uma proposta educativa, e sempre humana: vontade que, por ser social e humana, não é nunca uma fala acabada, não aponta "o lugar", "a" resposta, pois se traz "a" resposta já não é mais uma pergunta. Aponta, isto sim, um caminho também a construir. (BRASIL, 1996, p.18).

A síntese de tais posicionamentos que consta no documento do MEC expressa que definir currículo ou proposta pedagógica não é tarefa simples de ser realizada, uma vez que

currículo é palavra polissêmica, carregada de sentidos construídos em tempos e espaços sociais distintos. Sua evolução não obedece apenas a uma ordem cronologicamente estabelecida, mas principalmente às contradições de um dado momento histórico, assumindo, portanto, vários significados em um mesmo recorte de tempo. (Idem).

É possível verificar, então, que não há negação ou resistência ao uso do termo. O que as autoras consultadas pelo MEC na ocasião expressam é a preocupação com as especificidades de um currículo para a Educação Infantil, firmando um posicionamento político na defesa dessas singularidades. E, nessa direção, algumas explicitam e argumentam a favor do uso de outras denominações que, em síntese, acabam por se aproximarem da ideia de “projeto formativo” partilhada por Pacheco (2005).

Atualmente os documentos que expressam as políticas para a Educação Infantil fazem uso constante do termo currículo. Nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Parecer CNE/CEB nº 20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09)*, por exemplo, a conceituação de currículo está assim expressa:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009).

Compreendo que, conforme já explicitado, currículo na Educação Infantil é mais do que um conjunto de práticas, ele expressa um projeto formativo em todas as suas possibilidades de tensionamento, quais sejam: políticas,

epistemológicas, econômicas, culturais. É a partir desse entendimento que eu vou olhar para os documentos a serem analisados.

3 CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO NA PRODUÇÃO TEÓRICA DA ÁREA

A partir das reflexões apresentadas neste estudo busco inicialmente sintetizar o caminho trilhado para a seleção dos documentos em direção à análise de conteúdo. Em seguida, apresento os documentos selecionados imersos em seus contextos, buscando analisar as discussões presentes nos textos amostrados e que concepção está presente nesta discussão.

3.1 Procedimentos metodológicos: definindo o recorte de estudo

Quando elaborei o primeiro esboço do projeto havia delimitado como corpus documental as produções teóricas disponibilizadas no GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos nas Reuniões Científicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), e os artigos das Revistas científicas *Educação & Sociedade* e *Pro-Posições*. Porém, ao iniciar o trabalho, em conversar com a orientadora, fui entendendo que, no espaço de tempo reservado para o TCC, uma análise de tal envergadura era impossível. Desse modo optei por realizar a pesquisa tomando como documentos somente os artigos da ANPEd, do GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos.

Em relação ao recorte temporal ocorreu a mesma percepção. No início estava previsto o período de 1996, tendo em vista a Lei nº 9.394\1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) até o ano de 2013. Após optar por utilizar como corpus documental somente as produções da ANPEd, houve também a necessidade de redução do recorte temporal, já que no site da Associação, só estão disponibilizadas as produções publicadas a partir de 2000. Dessa forma, delimito o período entre os anos de 2000 à 2013 para o estudo da produção da ANPEd.

Realizada a seleção do corpus documental e do recorte temporal, iniciei o levantamento das produções teóricas que totalizou 210 artigos. Paralelamente ao primeiro levantamento, busquei identificar nos títulos e resumos dos textos a presença das seguintes palavras-chave: currículo, diretrizes curriculares, projeto pedagógico, projeto/proposta educacional/educativa, proposta curricular,

proposta pedagógica, projeto político-pedagógico, orientações curriculares, referencial curricular. Tais palavras derivam dos meus estudos e discussões teóricas acerca do Currículo na Educação Infantil. Ressalto aqui que os artigos do site da ANPEd de 2000 a 2005 não possuem resumos. Por esse motivo a busca foi realizada na introdução dos textos. Para aqueles que não possuíam introdução, busquei no próprio corpo do texto para fazer a seleção inicial.

A aplicação de tais critérios de busca resultou na seleção de 55 artigos (Apêndice 1) que contém uma ou mais de uma das palavras-chaves. Para melhor visualização, organizei o Quadro nº 1, que segue:

Quadro nº 1 – Número de artigos apresentados no GT 07 – Educação de crianças de 0 a 6 anos, disponíveis no site da ANPEd nos anos de 2000 a 2013, nos quais os termos selecionados aparecem.

Palavras-chaves	Em quantos artigos aparece?
Currículo	27
Diretrizes curriculares	6
Projeto pedagógico	3
Projeto/proposta educacional/educativo	11
Proposta curricular	3
Proposta pedagógica	17
Projeto político-pedagógico	4
Orientações curriculares	5
Referencial curricular	13

Fonte: Organizado pela autora a partir da pesquisa documental

A palavra currículo tem uma incidência significativamente maior quando comparada às demais. No entanto, quando somadas as incidências dos termos Projeto/proposta educacional/educativo e Proposta pedagógica, que são os termos mais utilizados na Educação Infantil, a quantidade é praticamente igual.

Considere, no entanto, que o uso do termo não propriamente significaria que o artigo trata da questão específica do currículo. Por isso precisei estabelecer um segundo critério de busca que atendesse a existência de uma relação mais próxima como o foco desta pesquisa. Considerando que as discussões sobre currículo na Educação Infantil abrangem muitas questões, tais

como: as rotinas, os materiais, os tempos, os espaços, as formas de mediação, a formação profissional, etc, precisei desconsiderar os artigos em que apesar de constar a palavra de busca, o termo não era o foco do estudo.

Essa nova seleção resultou em seis artigos, cujas temáticas abordam diretamente as questões de estudo. No Quadro 2 apresentado a seguir constam os documentos finais para o tratamento e interpretação.

Quadro nº 2 – Trabalhos selecionados do GT 07 – Educação de crianças de 0 a 6 anos, disponíveis no site da ANPEd nos anos de 2000 a 2013, como foco de análise desse estudo.

Nº	Ano	Título	Autores	Palavras-chaves encontradas
1	2001	Educação infantil é ou não é escola no Movimento de Reorientação Curricular de Florianópolis?	Verena Wiggers (UFSC)	Currículo (1) Diretrizes curriculares (0) Projeto pedagógico (0) Projeto/proposta educacional/educativa (0) Proposta curricular (8) Proposta pedagógica (1) Projeto político-pedagógico (1) Orientações curriculares (0) Referencial curricular (1)
2	2001	Propostas pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retomar o debate	Sonia Kramer (PUCRIO)	Currículo (71) Diretrizes curriculares (0) Projeto pedagógico (1) Projeto/proposta educacional/educativa (7) Proposta curricular (4) Proposta pedagógica (27) Projeto político-pedagógico (3) Orientações curriculares (0) Referencial curricular (6)
3	2002	Vieses pedagógicos da educação infantil em um dos municípios brasileiros	Verena Wiggers	Currículo (19) Diretrizes curriculares (0) Projeto pedagógico (0) Projeto/proposta educacional/educativa (1) Proposta curricular (0) Proposta pedagógica (42) Projeto político-pedagógico (0) Orientações curriculares (0) Referencial curricular (1)
4	2005	Qualidade na Educação Infantil:	Jodete Füllgraf – UFSC	Currículo (6) Diretrizes curriculares (2)

		alguns resultados de pesquisa	Verena Wiggers – UFSC Maria Malta Campos – FCC/PUC	Projeto pedagógico (1) Projeto/proposta educacional/educativa (0) Proposta curricular (0) Proposta pedagógica (3) Projeto político-pedagógico (0) Orientações curriculares (0) Referencial curricular (2)
5	2005	Políticas públicas para a educação infantil em Goiânia: a luta por um projeto político-social	Ivone Garcia Barbosa - UFG Nancy N. de Lima Alves - FE/UFG Telma A. T. Martins - Unifan Solange M. O. Magalhães - FE/UFG	Currículo (6) Diretrizes curriculares (0) Projeto pedagógico (2) Projeto/proposta educacional/educativa (1) Proposta curricular (1) Proposta pedagógica (1) Projeto político-pedagógico (1) Orientações curriculares (0) Referencial curricular (0)
6	2009	Aportes teóricos e metodológicos que subsidiam as orientações curriculares na Educação Infantil	Verena Wiggers – UFSC	Currículo (6) Diretrizes curriculares (2) Projeto pedagógico (0) Projeto/proposta educacional/educativa (0) Proposta curricular (0) Proposta pedagógica (3) Projeto político-pedagógico (0) Orientações curriculares (11) Referencial curricular (2)

Fonte: Organizado pela autora a partir da pesquisa documental.

A busca pelas palavras-chave no corpo do texto dos seis artigos demonstrou de forma bastante satisfatória uma incidência que confirma a centralidade da questão do currículo em cada um deles.

3.2 A concepção de currículo a partir da análise documental

Para melhor organização do processo de análise elaborei um quadro de registro pessoal contendo todos os excertos em que as palavras de busca apareciam. Na coluna ao lado deixei um espaço para um primeiro exercício de análise com o seguinte questionamento: *Como interpreto a perspectiva de currículo que o texto apresenta?* Tal pergunta orientou meu olhar durante as

releituras textuais que precisei fazer em busca dos elementos de análise. A partir desse exercício intenso, objetivei um pequeno resumo dos artigos para situá-los em seus contextos, seguido de uma breve reflexão sobre a perspectiva de currículo apresentada nos artigos.

O primeiro artigo analisado foi publicado em 2001, na 24^a reunião anual da ANPEd com o título *Educação Infantil é ou não é escola no Movimento de Reorientação Curricular de Florianópolis?*. O artigo é de autoria de Verena Wiggers, sendo a síntese de um trabalho mais amplo no qual a autora afirma que

[...] tentou-se captar as concepções subjacentes aos documentos-sínteses do Movimento de Reorientação Curricular, especialmente no que se refere ao conceito de educação infantil, e identificar os pressupostos teórico-metodológicos e elementos norteadores da prática pedagógica da educação infantil.

Para realização desta pesquisa utilizei para a análise os documentos-síntese do Movimento de Reorientação Curricular do Município de Florianópolis, com foco nos capítulos I e II do documento intitulado *Traduzindo em Ações: das Diretrizes a uma Proposta Curricular* - sendo que o primeiro capítulo trata dos pressupostos teórico-metodológicos gerais, e o segundo discute a avaliação da aprendizagem -, e do documento intitulado *Educação Infantil*, complementar ao primeiro e específico para a educação infantil. (WIGGERS, 2001, p.1).

Para a realização da análise mais ampla, Wiggers (2001) organiza dez categorias: currículo/proposta pedagógica; homem e sociedade; educação escolar; educação infantil; aluno/criança/infância; professor e educador; desenvolvimento e aprendizagem; brincadeira; espaço e tempo; planejamento e registro. Porém, para este artigo, a autora apresenta somente os resultados referentes às categorias “educação escolar” e “educação infantil”.

Assim, apesar de constar no artigo os termos de busca, a concepção de currículo nesse trabalho acabou por não ser o alvo principal de discussão. Porém, é possível observar ao longo do texto que, de forma indireta, Wiggers (2001) defende a necessidade de delinear um currículo para a Educação Infantil que diferencie essa etapa das demais etapas da Educação Básica, quando afirma existir uma indefinição quanto ao caráter educativo da Educação Infantil. Segundo a autora, essa indefinição sugere “a possibilidade de se caminhar

pelos desvios, pois, nos deparando com uma estrada bifurca, se você não sabe para onde ir, tanto faz qual dos caminhos tomar” (WIGGERS, 2001, p. 14). A autora aponta, portando, para uma concepção de objetivação de onde se quer chegar, ou seja, remete-nos à etimologia do termo currículo que significa curso, correr, referindo-se ao percurso que deve ser trilhado. Tal percurso é feito de objetivos e finalidades. Sob essa ótica, a concepção de currículo se torna instrumento de organização, identidade e projeto de formação.

O segundo trabalho que apresento nesta análise refere-se ao artigo *Propostas pedagógicas ou curriculares de Educação Infantil: para retomar o debate* da autora Sônia Kramer, também publicado em 2001 na 24ª reunião anual da ANPEd. No artigo, Kramer (2001) alerta para as precárias condições em que se encontram muitas secretarias, redes, creches e pré-escolas indicando que, no Brasil,

o debate em torno do currículo tem mordido as pontas do problema não o miolo: ou se refere à escola; ou se vincula à dimensão macro, aborda modelos, desenhos e políticas numa perspectiva ampla, supondo que é possível mudar à força o real, com decretos, projetos, referenciais ou parâmetros sem mudar as condições (KRAMER, 2001, p.4)

Assim, sua intenção é retomar o debate iniciado por volta de 1994 a 1996, período no qual foi elaborado no âmbito do Ministério da Educação e da Coordenação-Geral de Educação Infantil (MEC\COEDI) o documento intitulado *Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise*, mesmo documento que utilizei para fundamentar este estudo. Referindo-se ao contexto de elaboração do documento, Kramer (2001) ressalta que

[...] o enfoque teórico-metodológico sobre currículo ou proposta curricular, a visão sobre política pública e o papel do Ministério que tinha como integrantes da equipe da COEDI e consultores situava-se na direção oposta à do próprio MEC, comprometido com a definição de parâmetros curriculares para todos os níveis de ensino da educação básica. Essa divergência acarretou, entre outros problemas, a suspensão do material (as “carinhas”), a mais importante contribuição do MEC à educação infantil; o documento oficial passou a ser o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, alvo de intensa controvérsia acadêmica, tanto pelo seu modo de elaboração quanto por seu

conteúdo e, ainda, as formas de implementação. Por outro lado, a discussão sobre proposta pedagógica ou curricular, feita pelos consultores, apresentou um panorama sintético dos possíveis modos de entender a questão. (KRAMER, 2001, p. 6)

Tomo aqui, a resposta da própria autora no documento referido como fonte sobre sua concepção de currículo. Percebo que quando Kramer (2001) referencia que uma proposta pedagógica é um caminho, não um lugar, está também nos chamando atenção para o sentido etimológico de currículo que indica um percurso no qual se corre. Como uma metáfora, seu sentido na educação seria o de orientar um caminho que é resultado de transformações, posicionamentos e atitudes. Destaco que, apesar de a palavra currículo carregar diferentes sentidos construídos em espaços e locais distintos, Kramer (2001), de certo modo, parece reconhecer no termo *uma aposta* de superação do que já se significou em outros tempos e espaços; não de esquecimento, pois *uma história precisa ser contada*; mas de *caminho*, como já foi dito. Assim, de acordo com Kramer (2001, p.10), “currículo é identidade e, portanto, é preciso delinear o espaço que queremos garantir na construção da história da educação infantil”.

No terceiro artigo analisado, intitulado “Viéses pedagógicos da educação infantil em um dos municípios brasileiros”, publicado em 2002 na 25ª Reunião anual da ANPEd, a autora Verena Wiggers apresenta dados quantitativos e qualitativos buscando identificar as perspectivas pedagógicas da creche e pré-escola em um município brasileiro em torno das seguintes questões:

Quanto à proposta pedagógica, a instituição a possui? Quanto ao currículo ou o trabalho pedagógico, como ele é organizado? Aos problemas encontrados para realização do trabalho na instituição, V. S.^a atribuiria que grau? (WIGGERS, 2002, p. 1)

Na intenção de fundamentar sua análise, Wiggers (2002) se apoia na seguinte afirmação:

Conforme Brasil (1996) abordando a opinião de Kramer, uma **proposta pedagógica**:

“é um caminho, não é um lugar [...] contém uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de resposta. É pois um diálogo [...] traz as dificuldades que enfrenta, os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. [...] aponta isto sim, um caminho também a construir. [...] Precisa ser construída com a participação de todos os sujeitos –

crianças e adultos, professores/educadores e profissionais não docentes, famílias e população em geral – levando em conta suas necessidades, especificidades, realidade. [...] Isto aponta, ainda, para a impossibilidade de uma proposta única, posto que a realidade é múltipla e contraditória” (Brasil, 1996, p. 18 apud WIGGERS, 2002, p. 4)

A partir da análise, Wiggers (2002) ressalta que a Educação Infantil ainda é uma área em processo de construção, pois sua análise identificou a diversidade de ideias, possibilidades e representações feitas pelas instituições, nem como um fato positivo, nem como um fato negativo, mas como um processo de amadurecimento de uma área em construção. De igual modo, suponho que seja necessária a constituição curricular desta área. Parece estar claro para a autora que tal constituição curricular não acontece separada dos contextos educativos. Essa intenção é percebida no excerto de Kramer, utilizado como fundamento teórico trazido por Wiggers (2002), quando aponta para a *impossibilidade de uma proposta única, posto que a realidade é múltipla e contraditória*. Assim, Wiggers (2002) indica-nos que uma proposta pedagógica é uma expressão de currículo quando, apoiada em documentos prescritivos e documentos de relatos da ação pedagógica, demonstra que sua acepção curricular concebe que as propostas pedagógicas se concretizam na prática, ultrapassando uma visão simplista de grade de matérias e disciplinas, alcançando uma acepção de projeto formativo.

O quarto artigo analisado, publicado em 2005 na 28ª Reunião anual da Anped, com o título *Qualidade na Educação Infantil: alguns resultados de pesquisa* e sob autoria de Jodete Füllgraf, Verena Wiggers e Maria Malta Campos tem como objetivo principal “a coleta de resultados recentes de pesquisas sobre a qualidade da educação nas instituições de E.I. brasileiras” (FÜLLGRAF, 2005, p. 1) tendo como recorte temporal o período de 1996 a 2003. O artigo é parte de um levantamento realizado para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentro do projeto *Revisão de Políticas e Serviços de Educação Infantil no Brasil*.

As buscas para tal levantamento foram realizadas nos trabalhos e pôsteres apresentados no GT 07 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), dos quais foram selecionados 21 trabalhos. As autoras organizaram a apresentação dos dados encontrados dividindo-os em quatro grandes temas considerados relevantes dentro da perspectiva da qualidade: Profissionais de E.I. e sua formação; Propostas pedagógicas e currículo para E. I.; Condições de funcionamento e práticas educativas no cotidiano das instituições; Relações com as famílias.

O debate curricular presente no artigo indica que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, atualmente o único documento que tem caráter mandatório específico para a área no país, definem claramente em seu artigo 3º os fundamentos norteadores que devem orientar os projetos pedagógicos desenvolvidos nas instituições de educação infantil. Tal definição está apoiada em “uma visão da criança como sujeito de direitos, orientada pelos conhecimentos da psicologia do desenvolvimento e informada pelas noções de respeito à diversidade” (FÜLLGRAF et all, 2005, p. 12). Porém, as coletas feitas na pesquisa indicam que velhas concepções, rotinas e práticas herdadas de tradições assistencialistas, bem como aquelas que em fuga ao assistencialismo, buscaram se apoiar em uma educação escolarizante, “convivem e ainda resistem às propostas mais generosas que presidiram as novas diretrizes legais” (FÜLLGRAF et all, 2005, p. 12). Fica evidente, portanto, que a concepção curricular das autoras vai ao encontro da ampliação do entendimento do que é currículo, já que buscam perceber quais qualidades educativas atravessam esse currículo, bem como as que faltam para alcançar uma melhor educação para as crianças pequenas.

O quinto artigo analisado, também publicado em 2005, na 28ª Reunião anual da ANPEd, sob autoria de Ivone Garcia Barbosa, Nancy Nonato Teles Alves, Telma Aparecida Teles Martins e Solange M. O. Magalhães, foi o artigo “Políticas públicas para a educação infantil em Goiânia: a luta por um projeto político-social” que teve como objetivo

[...] refletir de modo sistemático e crítico sobre o processo histórico da constituição e de desenvolvimento de políticas

públicas no município de Goiânia, assinalando alguns dados relevantes que resultaram de pesquisa documental e empírica desenvolvida em Goiás desde o ano de 1999 e que coteja vários aspectos das políticas e práticas no campo da Educação Infantil (BARBOSA et al, 2005, p. 2)

No desenrolar da pesquisa as autoras procuram recuperar a historicidade das políticas públicas para a Educação Infantil no Brasil, focalizando o estado de Goiás. Nesse contexto ressalta que no ano de 1995,

estruturou-se a primeira *Proposta Pedagógica para a Pré-Escola* e realizou-se um curso de capacitação específica para os professores que assumiriam 23 turmas de pré-escola implantadas em escolas de Ensino Fundamental, para crianças a partir de quatro anos e nove meses. Essa Proposta constituiu-se como referência, e único documento oficial da Secretaria (aprovado e homologado) disponível aos professores até o ano de 2004” (BARBOSA et al, 2005, p. 5).

Na medida em que as autoras vão trazendo as questões políticas, é possível perceber certa preocupação em relação a constituição de um currículo para a Educação Infantil que valorize as especificidades das crianças, como a ação da Divisão de Educação Infantil (DEI) que efetuou

[..] a estruturação de documentos para nortear a implementação de uma política e de um currículo de educação infantil, visando à organização das instituições e constituição de práticas educativas coerentes com a concepção de criança como ser ativo, criativo e capaz de estabelecer relações no/com os contextos nos quais está inserida, desenvolvendo-se e construindo conhecimentos” (BARBOSA et al, 2005, p. 6).

A concepção de currículo presente neste estudo indica a compreensão de um processo formativo mais amplo, um eixo de princípios e organização da ação educativa, visto que envolve não apenas documentos prescritivos, mas também conhecimentos históricos e atitudes políticas. Acrescentaria às autoras nesse sentido, o “viver o cotidiano institucional”, visto que, segundo Pacheco (2005), o currículo é construído também na prática do dia a dia, para e junto com as crianças.

Ao longo do artigo, as autoras também utilizam outros termos para se referirem ao currículo, tais como projeto pedagógico, projeto educativo e projeto político-pedagógico. No caso do termo projeto educativo, utiliza-o com o mesmo

significado do termo currículo. Porém, quando utilizam projeto pedagógico e projeto político-pedagógico, referem-se ao documento orientador de cada instituição e/ou um documento em específico, que não deixam de ser uma expressão de currículo.

O sexto artigo, intitulado “Aportes teóricos e metodológicos que subsidiam as orientações curriculares na Educação Infantil” da autora Verena Wiggers, publicado em 2009 na 32ª Reunião Anual da Anped, buscou

[...] identificar os principais aportes teóricos e metodológicos conceitos, autores, correntes filosóficas que fundamentam as orientações curriculares para creches e pré-escolas nas redes municipais de ensino do Estado de Santa Catarina (WIGGERS, 2009, p. 1).

[...] Para realização da análise foram utilizados os documentos-sínteses – publicados ou não- resultantes do processo de delineamento de orientações curriculares, levadas a efeito entre 01 de janeiro de 2001 a 01 de abril de 2006, pelas diferentes redes municipais de ensino do Estado de Santa Catarina (WIGGERS, 2009, p. 2).

Para a compreensão dos contextos nos quais esses documentos foram gestados e implementados, também foram aplicados questionários entregues a todos os 293 municípios do estado catarinense. Agregou-se também ao questionário a solicitação do envio de documentos-sínteses que delineiam as orientações curriculares que subsidiam a ação pedagógica das respectivas redes. “Dos 293 municípios do Estado, 73 responderam ao questionário, 25% do seu total” (WIGGERS, 2009, p.5).

Os documentos analisados pela autora apresentaram, de forma geral, dois perfis distintos: um organizado por áreas de conhecimento e preocupado com a preparação para o Ensino Fundamental, e outro, contrapondo-se a essa versão, na busca de um modelo mais próximo a chamada Pedagogia da Infância. Porém, a autora alerta de que também há aqueles que representam uma orientação de perfil eclético.

No que diz respeito aos resultados do estudo, Wiggers (2009) faz referência às contradições encontradas no processo investigativo, denunciando que as práticas cotidianas rompem com as concepções explicitadas e defendidas ao longo dos documentos. De acordo com os estudos de Wiggers

(2009), “observa-se uma dificuldade geral, na qual torna-se visível a desarticulação desses pressupostos gerais com as orientações metodológicas”. (WIGGERS, 2009, p. 13).

A autora ainda ressalta que no processo de investigação observou-se que a Educação Infantil é marcada pela “versão escolar”, organizando o trabalho cotidiano em conteúdos das diversas áreas de conhecimento. Tal versão vem sofrendo grandes críticas dos estudiosos da área por não considerar as especificidades das crianças em suas diferentes idades, e também a função social da creche e pré-escola. Segundo esses mesmos estudiosos, o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI - 1998)* “foi causador de polêmica na área e é tido por muitos como um retrocesso em comparação à documentos anteriores do MEC” (WIGGERS, 2009, p. 11). Wiggers (2009) afirma que as estratégias de divulgação e implementação do Referencial, “causaram grande impacto, certamente, não apenas na realidade investigada, como em muitas outras realidades brasileiras” (WIGGERS, 2009, p. 11).

Destaca-se nesse sentido, um pequeno debate provocado pela autora ao analisar os documentos, quando relata que em oposição a essa versão escolar

[...] observa-se uma visão mítica da criança, na qual, de acordo com os documentos, ela adquire poderes para auto-gerir sua aprendizagem e desenvolvimento. Dessa forma, a atuação do professor é minimizada, incorrendo em certo espontaneísmo (WIGGERS, 2009, p. 16).

De acordo com tal visão, os conteúdos a serem ensinados na Educação Infantil não parecem corresponder aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, mas às múltiplas linguagens. Nesse ponto, Wiggers (2009) defende que o conceito de linguagem “parece ser até certo ponto estreito para designar o conteúdo dos processos educativos numa perspectiva cultura” (WIGGERS, 2009, p. 16). Assim, recorre a Sacristán para o seguinte alerta:

Conforme alerta Gimeno Sacristán (2000), o currículo deve responder “aos interesses globais de um modelo de ser humano e sociedade [...] que deverá ocupar-se de diferentes aspectos do ser humano, da cultura e da sociedade no momento de

selecionar os conteúdos, as atividades” (p. 86 - 87). Nesse sentido, as ações pedagógicas a serem desenvolvidas na creche e na pré-escola deverão desenvolver na criança as dimensões potencializadas no ser humano e não apenas a determinados aspectos do desenvolvimento humano. Assim sendo, há que se pensar numa educação geral, conferindo atenção às diferentes dimensões que constituem a humanidade (WIGGERS, 2009, p. 16)

No presente estudo, Wiggers (2009) referencia currículo e proposta pedagógica sem fazer distinções conceituais. Em sua escrita, observa-se que a autora utiliza mais o termo “currículo”. Sua aceção revela um olhar sensível aos contextos de produção dos documentos que está analisando, assim como, dos espaços nos quais os documentos são referência. Mas sua maior preocupação é a de que o currículo para a Educação Infantil expressa a necessidade de pensar a criança imersa na cultura, pela qual é preciso ensinar conceitos, concepções e funções que constituem o conhecimento historicamente produzido, para que nele, a criança também produza cultura. Assim, a autora concebe currículo, baseada em Sacristán, como uma construção social feita de opções culturais, que, muito mais do que um conjunto de disciplinas e conteúdos a serem estudados, envolve uma prática complexa que articulada aos contextos educacionais resulta em um eixo orientador da ação educativa.

De forma geral, o processo de análise e tratamento dos documentos demonstra que apesar da questão do currículo ser pouco debatida na Educação Infantil, existe uma discussão sendo construída na área que tende a superação da compreensão de currículo como sendo um plano de instrução, uma grade de matérias ou disciplinas, ou seja, um documento prescritivo. Indica, também, a superação da ideia de que a discussão sobre currículo na Educação Infantil se vincula automaticamente à propostas de escolarização precoce. Constatou-se que a questão do currículo expressa nas produções está situada, principalmente, em meio à preocupação com as especificidades dessa etapa da Educação Básica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei esse estudo não tinha noção da dimensão do trabalho e nem de onde conseguiria chegar. Estou muito satisfeita em perceber o quanto cresci, quantos foram os conhecimentos apropriados e o quanto aprendi nesse processo. Um dos meus maiores aprendizados foi, sem dúvida, o cuidado em se posicionar diante das questões estudadas, pelo qual tive a oportunidade de rever minhas próprias compreensões sobre a concepção de currículo e sua aceção na Educação Infantil. Mas confesso que este também foi meu maior desafio.

Nessa vivência de ser pesquisadora, proporcionada pela construção do Trabalho de Conclusão de Curso, percebi que para trilhar o caminho de uma pesquisa é necessário apostar em si mesmo, exigindo coragem, determinação e sensibilidade à escrita, mas que para isso, pelo menos até aprendermos a ser pesquisadores, necessitamos de orientação e certa disciplina. A orientação, nesse sentido, foi fundamental para que eu pudesse perceber a dimensão desse estudo. Afinal, esteve sempre chamando atenção aos detalhes essenciais que compõem uma pesquisa e também uma pesquisadora. Já a disciplina, igualmente importante, é um caminho desafiante, visto que vivemos imersos em contextos distrativos, e nesse curto espaço de tempo destinado ao TCC, ou você se dedica ou não consegue escrevê-lo.

Nos primeiros movimentos do percurso deste estudo, busquei compreender as discussões acerca do currículo para a Educação Infantil, conforme indicava um de meus objetivos específicos. Para isso procurei construir uma fundamentação com valor teórico que pudesse responder aos iniciais questionamentos, pelos quais indagava: Há resistências ao uso do termo currículo na Educação Infantil? Quais os termos que são utilizados na área para expressar as questões relativas ao currículo? Que justificativas são construídas para o uso desses termos e não de currículo?

Constatou-se a partir da investigação que não há negação ou resistência ao uso do termo. O que existe é uma preocupação com as especificidades de

um currículo para a Educação Infantil, firmando um posicionamento político na defesa dessas singularidades. Nessa direção, alguns estudiosos da área argumentam a favor do uso de outras denominações, como proposta educativa, proposta curricular, proposta pedagógica, entre outras denominações utilizadas como palavras de busca para a análise de conteúdo. Tais palavras, em síntese, acabam por se aproximarem da ideia de “projeto formativo” que segui como fonte conceitual de currículo baseada em Pacheco (2005).

Em relação à concepção sobre currículo que se expressa no material de análise, ou seja, nos seis artigos selecionados, eles apontaram que nos últimos anos há uma discussão sendo construída que tende à superação da ideia de currículo como sendo um documento prescritivo ou uma representação de propostas vinculadas à escolarização. Acredito que a própria definição de *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*, incluindo na sua denominação o termo “curriculares” ajudou na direção de construir outro entendimento na área.

O estudo indica, também, uma compreensão que ultrapassa a discussão do uso, mas implica em uma significação mais ampla definindo-o como processo formativo expresso nas intencionalidades declaradas e também silenciadas. Sob essa ótica, a concepção predominante se torna instrumento de organização, identidade e projeto de formação. A constatação da predominância desse sentido na produção da área nos mostra a aproximação com a concepção de currículo que estive assinalando ao longo dessa pesquisa.

Dessa forma, destaco que o presente trabalho certamente não esgota o assunto, ao contrário, intenciona a retomada ao debate. Muitas questões foram respondidas, assim como muitas novas questões surgiram. Dentre as quais, algumas que destaco aqui: existem padrões curriculares emergentes, ou seja, existem formas diversas ou padrões pelos quais o currículo é expresso e organizado? Instiga-me investigar a constituição dos currículos da Educação Infantil nas redes públicas catarinenses a partir de seus projetos pedagógicos e documentos orientadores, de modo a identificar esses padrões. Outra questão desencadeada nesse estudo envolve pensar: quem são os sujeitos que

compõem tais currículos? Como é sua participação na construção e na implementação das propostas pedagógicas? Para tanto, retomar a discussão foi apenas o primeiro passo nesse processo formativo, visto que o meu caminho na pesquisa está apenas começando. As novas curiosidades e preocupações me levarão aos próximos passos, pelos quais seguirei rumo a novos desafios e oportunidades.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. *O Significado da Infância*. In: **BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, p. 88-92, 1994.
- BARBOSA, Ivone Garcia et all. Políticas públicas para a Educação Infantil em Goiânia: a luta por um projeto político-social. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 28, 2005, Caxambu. Rio de Janeiro: ANPED, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução 05/2009** – Câmara da Educação Básica. Brasília, 2009.
- BRASIL. MEC/SEF/DPE/COEDI. **Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise**. Brasília, 1996.
- CERISARA, Ana B. *Educar e Cuidar: por onde anda a Educação Infantil?* In _____: **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação**. UFSC/CED. N. especial, p. 11-21. Florianópolis, 1999.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena; CAMPOS, Maria Malta. *Qualidade na Educação Infantil: alguns resultados de pesquisas*. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 28, 2005, Caxambu. Rio de Janeiro: ANPED, 2005.
- GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HAMILTON, David. *Sobre as origens dos termos classe e curriculum*. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica Editora, p. 33-52, 1989.
- KRAMER, Sônia. *Propostas pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retornar o debate*. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 24, 2001, Caxambu. Rio de Janeiro: ANPED, 2001.
- KUHLMANN JR, Moisés. *Educação Infantil e currículo*. In: FARIA. A. L. G & PALHARES. M. S. (Orgs.). **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e desafios**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- KUHLMANN Jr, M. **Infância e educação infantil no Brasil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- KUHLMANN JR, Moisés. *Educação Infantil – segmento que deve ser valorizado*. Entrevista concedida à **FOLHA DIRIGIDA**, em outubro de 2007, à Ana Paula Novaes.
- LESSARD, Claude. Verbetes Regulação. **Dicionário Gestrado**. s\d. Disponível em <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=328>> . Acesso em maio de 2014.

- MINAYO, M. C. ***O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde***. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- PACHECO, José Augusto. ***Escritos Curriculares***. São Paulo: Cortez, 2005.
- ROCHA, Eloísa A. C. *Pedagogia e a Educação Infantil*. In: **Revista Iberoamericana de Educación**, n 22, 2000, p. 61-74.
- VALA, Jorge. *A análise de conteúdo*. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (Orgs.). **Metodologia das ciências sociais**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1999, p. 101 – 128. (10ª edição).
- WIGGERS, Verena. *Aportes teóricos e metodológicos que subsidiam as orientações curriculares na Educação Infantil* In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 32, 2009, Caxambu. Rio de Janeiro: ANPED, 2009.
- WIGGERS, Verena. *Educação Infantil é ou não é escola no Movimento de Reorientação Curricular de Florianópolis?* In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 24, 2001, Caxambu. Rio de Janeiro: ANPED, 2001.
- WIGGERS, Verena. *Viéses pedagógicos da educação infantil em um dos municípios brasileiros* In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 25, 2002, Caxambu. Rio de Janeiro: ANPED, 2002.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Relação dos artigos disponibilizados no GT 07 da ANPEd, de 2000 a 2013, que contém as palavras-chaves.

ANO	TÍTULO /AUTORES	RESUMOS – INTRODUÇÃO – CORPO DO TEXTO
2012 35ª Reunião da Anped	“caos calmo”: (in)constâncias no cenário da política de educação infantil brasileira Fabiana Oliveira Canavieira – UFMA	Esta pesquisa buscou compreender o processo de construção política e epistemológica da Educação Infantil brasileira nos dois mandatos do governo Luis Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), para tanto, relaciona o contexto da política de Educação Infantil pela ótica da militância social, com a fundamentação dos “novos” paradigmas teórico-metodológicos que põem as crianças no centro de seu processo educativo. As discussões acerca da educação da primeira infância problematizam e contextualizam o processo de construção política da área, pontuando as (in) constâncias, e o papel dos movimentos sociais, das intelectuais, do “terceiro setor” e do governo, agentes que travam muitas disputas. As análises decorrem do contexto de elaboração dos seguintes documentos: “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil”, “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil” e “Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares” a novas “Diretrizes Curriculares para Educação Infantil”.
2011 35ª Reunião da Anped	Direitos das crianças como estratégia para pensar a educação das crianças pequenas Sandra Regina Simonis Richter – UNISC Maria Carmen Silveira Barbosa – UFRGS	Este ensaio propõe resgatar o percurso histórico da constituição da sensibilidade aos direitos das crianças enquanto estratégia teórico-metodológica para evidenciar a necessária emergência de outra sensibilidade dos adultos em suas relações com as crianças, baseada na empatia para com as mesmas, e em propostas educacionais que valorizem a alteridade das infâncias. Para tanto,

		<p>estabelece um diálogo entre a narrativa dos direitos das crianças nos diferentes documentos que os consolidam – a Carta de 1924, a Declaração de 1959 e a Convenção de 1979 – e os discursos pedagógicos para afirmar o compromisso inadiável com uma ética da responsabilidade dos adultos pela educação das crianças bem pequenas. A constituição de outra sensibilidade para com as crianças pequenas emerge tanto da interlocução acadêmica quanto do compromisso da educação infantil em garantir a contínua discussão dos direitos das crianças à alteridade da experiência da infância, expressa simultaneamente pela vulnerabilidade e pela potência das mesmas em interagir e aprender a significar a convivência nas diferentes práticas da vida cotidiana através das linguagens, as quais não apenas ampliam a capacidade das crianças participarem de um mundo comum, mas fundam a condição dessa participação. Palavras-chave: direitos das crianças; participação; educação infantil.</p>
<p>2011 35^a Reunião da Anped</p>	<p>Trabalho e identidade profissional na coordenação pedagógica em Educação Infantil: contradições e possibilidades</p> <p>Nancy Nonato de Lima Alves – UFG</p>	<p>A coordenação pedagógica é uma função da gestão educacional, e tem o papel de articulação coletiva do projeto político-pedagógico e das práticas educativas, em uma perspectiva democrática e participativa. Nessa concepção, o artigo analisa a coordenação pedagógica em Educação Infantil, seu papel, desafios do trabalho e da construção de identidade profissional, tendo como referência dados e análises construídos em pesquisa vinculada ao projeto “Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”. Com base no materialismo histórico-dialético, a metodologia investigativa articulou estudo documental, questionários e entrevistas, abrangendo 93 coordenadoras pedagógicas em 76 CMEI. Constatamos que a coordenação pedagógica é perpassada por conquistas e dificuldades, configurando diferentes estilos de atuação, nas condições</p>

		<p>concretas em que as coordenadoras realizam seu trabalho. Apreendemos ambiguidades e contradições que revelam a complexidade do papel e do trabalho de coordenação pedagógica na Educação Infantil, expressando-se na construção identitária, marcada por dimensões institucionais, coletivas e individuais.</p> <p>Palavras-chave: coordenação pedagógica; educação infantil; trabalho e identidade profissional.</p>
<p>2011</p> <p>35^a</p> <p>Reunião da Anped</p>	<p>Educação infantil, infância e cidadania</p> <p>Isabel Cristina de Andrade Lima e Silva – UNICAMP</p>	<p>Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida acerca da temática infância e cidadania. Inicialmente, há que se considerar que até recentemente, enquanto a infância era vista como o lugar da criança, a cidadania era compreendida como um status atribuído especificamente aos que atingiam a condição de adulto. Na análise das concepções de cidadania e infância presentes no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCN/Infantil) é possível perceber que há um esforço em articular essas duas concepções no sentido de produzir um discurso sobre a criança cidadã no campo da educação infantil. Como dizer que uma criança, especialmente a de zero a seis anos, seja capaz de exercer sua cidadania, de assumir as responsabilidades que o exercício da cidadania exige? Ou eleva-se o estatuto da criança para atribuir-lhe cidadania ou rebaixa-se o estatuto da cidadania para que se adapte às crianças. Não há como aproximar os dois conceitos sem proceder a essa estratégia. As implicações da alteração dos estatutos oscilam entre valorização relativa da criança e a desvalorização da cidadania.</p> <p>Palavras-chave: educação infantil; infância; cidadania.</p>
<p>2009</p> <p>32^a</p> <p>Reunião</p>	<p>Aportes teóricos e metodológicos que subsidiam as orientações curriculares na Educação</p>	<p>Este estudo analisa as orientações curriculares para a educação infantil municipal catarinense. Participaram da pesquisa 73 municípios, o equivalente a</p>

o da Anped	<p>Infantil</p> <p>Verena Wiggers – UFSC</p> <p>Agência Financiadora: CAPES e CNPq</p>	<p>25% de seu total. Procurou-se identificar os principais aportes teóricos e metodológicos que fundamentam essas orientações e os contextos administrativos, econômicas, sociais e políticas nos quais essas foram gestadas. Foram utilizados vários procedimentos, entre os quais, na configuração dos documentos para a análise, destaca-se o uso do programa informático Nud*ist. As principais conclusões apontam que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), é o documento mais conhecido e utilizado como subsídio para a sistematização das orientações curriculares. A predominância do uso dos RCNEI talvez explique a orientação cognitivista e eclética de muitos documentos. Outros documentos argumentam em favor de uma pedagogia para a infância. O estudo buscou indicar as limitações de ambas as perspectivas, apontando para a necessidade de se pensar numa educação geral, conferindo atenção às diferentes facetas da cultura humana. Palavras-chaves: Currículo; educação de crianças; educação infantil.</p>
2009 32ª Reunião da Anped	<p>Educação de crianças, docência e processos de subjetivação</p> <p>Maria Isabel Edelweiss Bujes – ULBRA</p>	<p>O texto constitui ensaio que apresenta reflexões, a partir de investigações já realizadas, acerca dos processos educativos institucionalizados de Educação Infantil e da formação de professoras, para esta etapa. Inspirando-se num referencial pós-estruturalista, nele se problematizam como os textos curriculares estão envolvidos na produção de figuras modelares de crianças e professoras, apontando para o fato de que, neles, se enlaçam preocupações comuns que estariam associadas com aquilo que Popkewitz (2001) cunhou como lutas pelo monopólio do governo da alma. As problematizações apresentadas na análise examinam o currículo como uma obra de engenharia educacional encarregada dos arranjos estruturais para produzir o modelo apropriado de criança para os tempos</p>

		<p>atuais. O currículo fornece o arsenal de conhecimento científico que é necessário dominar e estabelece a intencionalidade programática a seguir. A formação de educadoras para a infância é afetada pelas narrativas que inventam o sujeito infantil, obrigando à constante revisão dos repertórios discursivos o que circunscreve os limites para a produção de novas subjetividades docentes.</p> <p>Palavras-chave: Educação Infantil; docência; processos de subjetivação; currículo.</p>
<p>2009 32^a Reunião da Anped</p>	<p>Relações sociais e Educação Infantil: percursos, conceitos e relações de adultos e crianças</p> <p>Altino José Martins Filho – UFRGS Lourival José Martins Filho – UDESC Agência Financiadora: CNPq</p>	<p>Este texto é fruto de reflexões e análises sistemáticas a partir de pesquisa realizada dentro da agenda de trabalhos/2008. O objetivo é analisar a dinâmica dos processos de socialização, evidenciando suas relações com o significado de projeto educacional, nos mais diferentes aspectos concernentes aos processos de formação humana, intelectual e cultural no que diz respeito à educação e ao cuidado da pequena infância. As questões privilegiadas no estudo se relacionam à constituição de uma cosmovisão abrangente de projeto e prática educacional focando o pensar e agir pedagógicos nos relacionamentos e na participação recíprocos entre adultos e crianças. Para tanto, elaboramos duas categorias, a primeira denominada de “socialização adultocêntrica”, na qual destacamos aspectos que incidem sobre os processos de socialização, a segunda traz alguns enunciados da socialização a partir das ações das crianças. Pelas categorias pôde-se perceber uma diferenciação acirrada entre as duas lógicas socializadoras, cada qual marcando uma presença ativa com características distintas.</p> <p>Palavras-chave: educação infantil; socialização; culturas infantis; educação em creches.</p>
<p>2009 32^a</p>	<p>Educação da pequena infância: um olhar sobre a formação docente</p>	<p>Esta pesquisa parte do levantamento dos currículos das universidades federais do Brasil que ofereceram cursos de Pedagogia</p>

Reunião da Anped	Moema de Albuquerque Kiehn – UFSC Agência Financiadora: CNPq	com formação de Professores para Educação Infantil no ano de 2005. Tomou-se como base os registros constantes nos endereços eletrônicos do Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e das universidades. Para a análise dos dados utilizou-se como perspectiva teórica estudos de orientação histórica e cultural, por meio da técnica de análise de conteúdo. Partiu-se do pressuposto que a análise da matriz curricular através do conjunto disciplinar e da seleção de alguns conteúdos, em detrimento de outros, permite conhecer os fundamentos que balizam esses cursos. Assim buscou-se identificar como as crianças e as infâncias são tomadas como objeto de estudo nos programas disciplinares, bem como perceber as áreas de conhecimento privilegiadas, as orientações teóricas e as possibilidades de interlocução disciplinar. A expectativa é que as discussões decorrentes desse trabalho avancem as possibilidades de constituirmos uma educação de qualidade para a infância brasileira. Palavras-chave: formação de professores; educação infantil; currículos e programas.
2008 31ª Reunião da Anped	O que dizem as crianças sobre suas escolas? O debate teórico-metodológico da pesquisa com crianças na rede pública de Educação Infantil MARTINS, Maria Cristina – UFS BRETAS, Silvana Aparecida – UFS	Este trabalho é o resultado de pesquisa realizada na rede pública municipal de Educação Infantil com apoio do Programa de Extensão Universitária no ano de 2007. Seu principal objetivo é destacar estratégias de avaliação de ações escolares a partir da perspectiva infantil. Caminha na direção da realização de importantes pressupostos no campo da garantia de direitos e ampliação de cidadania da criança, assumindo uma perspectiva educativa e inclusiva de políticas públicas para elas que estão na escola infantil. Para isso, desenvolveu procedimentos metodológicos que visam entronar a fala da criança a partir da idéia de que a infância é um espaço-tempo constituidor de cultura, saberes próprios e com a confiança de que são capazes de

		<p>criar e recriar a realidade social a qual está inserida. Os resultados nos apontam para a ausência de um projeto educativo destinados aos pequenos e que, esses, ressentem a ausência e denunciam a situação de suas escolas.</p> <p>Palavras-chave: cultura infantil; educação infantil; criança; direito e etnografia.</p>
<p>2008</p> <p>31ª Reunião da Anped</p>	<p>Infância e cidadania: ambiguidades e contradições na Educação Infantil</p> <p>BARBOSA, Ivone Garcia – UFG ALVES, Nancy Nonato de Lima – UFG MARTINS, Telma Aparecida Teles – UFG</p>	<p>A atenção à infância por parte do Estado, que se expressa em políticas públicas, materializa formas de ação, concepções e significados atribuídos à infância, às crianças e sua educação, à instituição e ao trabalho docente, refletindo-se na construção da identidade dos seus profissionais. A legislação, os projetos e práticas educativas que deles advêm, entretanto, expressam ambigüidades e conflitos. No presente trabalho apresentamos reflexões e análises sistemáticas a partir de pesquisas desenvolvidas no período de 2001 a 2007, envolvendo docentes que atuam em CMEIS de Goiânia e alunos do curso de Pedagogia da UFG. Com base no materialismo histórico-dialético (MARX, 1983), analisamos as concepções de criança, evidenciando suas relações com o significado social de infância, bem como com as políticas de Educação Infantil. Destacamos o debate sobre a idéia de “criança cidadã” articulando a discussão à formação de professores. Explicitam-se contradições e antagonismo que marcam a infância brasileira: a criança é proclamada como “cidadã”, mas sua cidadania é negada nas condições concretas de existência e educação da infância.</p> <p>Palavras-chave: concepções de criança; cidadania; educação infantil.</p>
<p>2007</p> <p>30ª Reunião da Anped</p>	<p>Crianças aos seis anos no ensino fundamental: desafios à garantia de direitos</p> <p>CORREA, Bianca Cristina</p>	<p>O presente artigo, de caráter ensaístico, discute alguns desafios para o alcance de uma educação de qualidade, quer na Educação Infantil, quer no Ensino Fundamental, a partir da nova redação dada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação</p>

	– FFCLRP-USP	Nacional (LDB – Brasil, 1996) no que se refere à idade mínima obrigatória de ingresso no Ensino Fundamental, tendo este a duração de nove anos. São abordadas algumas garantias legais já constituídas, bem como alguns consensos no que se refere à qualidade da Educação Infantil, etapa a que pertenciam as crianças até seis anos de idade antes da Lei 11.274/06, para problematizarmos as condições atuais em que se organizam a maioria das escolas de Ensino Fundamental, especialmente em seus aspectos didático-pedagógicos.
2007 30 ^a Reunião da Anped	Um tempo vivido, uma prática exercida, uma história construída: o sentido do cuidar e do educar SECCHI, Leusa de Melo – UFMS ALMEIDA, Ordália Alves – UFMS	Objetivamos caracterizar as funções da Educação Infantil e revelar como as concepções educar e cuidar estão sendo compreendidas. Buscou-se na Teoria Histórico-Cultural fundamento para o desenvolvimento da pesquisa, concebendo o sujeito-criança com infinita potencialidade de aprendizagem e desenvolvimento. Realizamos observações de práticas pedagógicas da Educação Infantil, nas escolas da Rede Municipal, em salas de crianças de 5 e 6 anos. As análises realizadas permitem concluir que a criança tem sido concebida como sujeito escolar e abstrato; efetiva-se conceito distorcido das funções da Educação Infantil; assume o modelo escolar e é entendida como período preparatório para outras etapas da vida escolar. Contrapondo-se a essas concepções, o respeito à criança é o ponto de partida para a constituição de projetos educativos que primem pelo estabelecimento de pactos de consolidação de vínculos entre cuidar e educar. Palavras-chave: Educação Infantil; Criança; Cuidar e Educar
2006 29 ^a Reunião da Anped	Educação intercultural e infância Marcon, Telmo. – UPF	No presente são analisados alguns elementos da relação educação intercultural e infância. Partindo da sistematização de algumas questões emergentes de uma pesquisa sobre intercultural e infância em escolas de educação infantil, o texto avança para a discussão sobre cultura e educação

		<p>intercultural. No contexto dessa discussão, são apontados alguns desafios para as escolas de educação infantil, principalmente no que diz respeito a uma pedagogia capaz de estabelecer um diálogo entre sujeitos com diferenças étnicas e culturais. A pedagogia dialógica, proposta pela educação intercultural, apresenta essa potencialidade, mas precisa estar articulada de forma global com os projetos político-pedagógicos das escolas. A educação intercultural tem uma importante contribuição para a educação infantil visto que a construção de novas relações socioculturais implica a formação de sujeitos com a capacidade de dialogar e, nesse processo, possam crescer.</p> <p>Palavras-chave: educação intercultural, infância, diálogo.</p>
<p>2005 28^a Reunião da Anped</p>	<p>Aventuras no país das maravilhas Foucaultianas</p> <p>ALCÂNTARA, Cássia Virgínia Moreira de – UFS</p>	<p>Este trabalho sintetiza parte dos resultados obtidos numa pesquisa de mestrado que teve como propósito analisar a constituição da subjetividade infantil, subjacente ao processo de socialização de crianças com idade entre dois e três anos, numa escola de tipo construtivista. O que se pretendeu foi identificar as estratégias que uma escola construtivista, agindo a partir das orientações contidas no Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil/RCN/EI, utiliza para atuar sobre a formação pessoal e social da criança. Além disso, como não se pode conceber a criança como uma massa amorfa sobre a qual se modelará um sujeito social presumidamente idealizado pelo Estado, a pesquisa pretendeu também, identificar as respostas formuladas pelas crianças durante este processo de moldagem do sujeito social infantil. Neste texto, limitarei a discussão dos resultados obtidos abordando tão somente duas categorias que considero relevantes pois têm sido tomadas como elementos organizadores da constituição de subjetividades. Refiro-me às categorias tempo e espaço. (Introdução)</p>

2005 28ª Reunião o da Anped	A educação da infância no MST: o olhar das crianças sobre uma pedagogia em movimento ARENHART, Deise – UFSC	Buscar oportunizar a expressão das crianças sobre o que vivem através da referência de um projeto educativo definido e orientado para elas, tem a ver com a tentativa de contribuir para a construção de uma cultura no campo científico da educação e, em especial, no MST, de inserção das crianças também como protagonistas na construção do conhecimento referente à infância e sua educação. (Introdução)
2005 28ª Reunião o da Anped	O binômio cuidar-educar na educação infantil e a formação inicial de seus profissionais AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de – UNIMEP/PPGE - SP SCHNETZLER, Roseli Pacheco – UNIMEP/PPGE – SP	Corpo do texto: Propostas pedagógicas, currículo.
2005 28ª Reunião o da Anped	Políticas públicas para a educação infantil em Goiânia: a luta por um projeto político-social BARBOSA, Ivone Garcia - UFG ALVES, Nancy Nonato de Lima - FE/UFG MARTINS, Telma Aparecida Teles - Unifan MAGALHÃES, Solange M. O. - FE/UFG	Corpo do texto: Currículo, projeto pedagógico, proposta pedagógica, projeto educativo, etc.
2005 28ª Reunião o da Anped	As rodinhas na creche: uma perspectiva de investigação do movimento discursivo das crianças de 4 e 5 anos BRITO, Ângela Coelho de – UFF	Corpo do texto: Proposta pedagógica de uma Creche;
2005 28ª	Infância, educação infantil e letramento na rede municipal de ensino do Rio	Corpo do texto: Proposta pedagógica e currículo;

Reunião da Anped	de Janeiro: das políticas à sala de aula CORSINO, Patrícia – UFRJ	
2005 28ª Reunião da Anped	Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças e suas culturas DELGADO, Ana Cristina Coll - Furg MÜLLER, Fernanda - PPGEDU/Ufrgs	Corpo do texto: Currículo cultural;
2005 28ª Reunião da Anped	Educação infantil, gênero e brincadeiras: das naturalidades às transgressões FINCO, Daniela – UNICAMP	Corpo do texto: Currículo. Cita apenas uma vez.
2005 28ª Reunião da Anped	Qualidade na educação infantil: alguns resultados de pesquisas FÜLLGRAF, JODETE - UFSC WIGGERS, VERENA - UFSC CAMPOS, Maria Malta - FCC/PUC	Corpo do texto: Propostas pedagógicas e Currículo para a E.I. (tem um capítulo com esse tema);
2005 28ª Reunião da Anped	Concepções e práticas de educadoras da pequena infância: em foco as fontes de saberes para o trabalho docente GARANHANI, Marynelma Camargo – UFPR	Corpo do texto: Orientações curriculares (5-8 vezes)
2005 28ª Reunião da Anped	Música e educação infantil: possibilidades de trabalho na perspectiva de uma pedagogia da infância NOGUEIRA, Monique Andries – UFG	Corpo do texto: Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998)
2005	Trabalhando os direitos	Corpo do texto: Referenciais Curriculares

28 ^a Reuniã o da Anped	das crianças numa sala de educação infantil SARAVALI, Eliane Giachetto – UNITRI	Nacionais para a Educação Infantil (1998) – uma vez só.
2005 28 ^a Reuniã o da Anped	Educar e cuidar ou, simplesmente, educar? Buscando a teoria para compreender discursos e práticas TIRIBA, Lea – PUC-Rio	Corpo do texto: Proposta pedagógica;
2004 27 ^a Reuniã o da Anped	Políticas públicas em educação infantil BRANDÃO, Isabel Cristina - UFSCar	Corpo do texto: Currículo (uma vez em uma citação); Proposta de ensino para a Educação Infantil;
2004 27 ^a Reuniã o da Anped	As identidades de educadoras de crianças pequenas: um caminho do 'eu' ao 'nós' GOMES, Marineide de Oliveira - Centro Universitário Fundação Santo André	Corpo do texto: Orientações curriculares; Referencial Curricular;
2004 27 ^a Reuniã o da Anped	Rotina e experiências formativas na pré-escola SANT'ANA, Ruth Bernardes de – UFSJ	Corpo do texto: Currículo quando refere-se a formação do professor; Proposta educativa/da escola;
2004 27 ^a Reuniã o da Anped	As interações sociais e a formação da identidade da criança negra SILVA, Vera Lúcia Neri da– UFF	Corpo do texto: Currículo
2003 26 ^a Reuniã o da Anped	Creches domiciliares como espaço de educação infantil BENTO, Karla Lucia - FURB MENEGHEL, Stela Maria -	Corpo do texto: Projeto político-pedagógico

	FURB	
2003 26 ^a Reunião da Anped	Concepções de formação em serviço: uma pesquisa com profissionais de secretarias municipais de educação MELLO, Maria Lucia de Souza e – UERJ – SME/RJ PORTO, Cristina Laclette – PUC-Rio	Corpo do texto: Propostas Curriculares; Currículo; Referencial Curricular; Diretrizes Curriculares;
2002 25 ^a Reunião da Anped	Educação infantil: espaço de educação e cuidado Coutinho, Ângela Maria Scalabrin – UFSC	Corpo do texto: Proposta pedagógica; currículo
2002 25 ^a Reunião da Anped	Cuidar de crianças em creches: os conflitos e os desafios de uma profissão em construção. Autora: Beatriz Belluzzo Brando Cunha – UNESP/Assis Co-autora: Luciana Fátima de Carvalho – UNESP/Assis	Corpo do texto: Currículo; Referencial curricular; Diretrizes curriculares; Proposta pedagógica;
2002 25 ^a Reunião da Anped	Sistemas Municipais de Ensino e Educação Infantil Prof. Dra. Deise Gonçalves Nunes (UFF)	Corpo do texto: Proposta pedagógica; Projeto Político-pedagógico;
2002 25 ^a Reunião da Anped	As professoras de crianças pequenininhas e o cuidar e educar Maria José Figueiredo Ávila - FE-UNICAMP	Corpo do texto: Currículos em construção; Propostas pedagógicas ou curriculares;
2002 25 ^a Reunião da	Viéses pedagógicos da educação infantil em um dos municípios brasileiros Verena Wiggers	Corpo do texto: Currículo ou trabalho pedagógico

Anped		
2001 24 ^a Reuniã o da Anped	Grupos de formação – análise de um processo de formação em serviço sob a perspectiva dos professores da educação infantil. Sonia Cristina Lima Fernandes (UFSC)	Corpo do texto: Currículo (Cerisara) – uma vez.
2001 24 ^a Reuniã o da Anped	(Re) significando os centros de convivência infantil da UNESP Gilza Maria Zauhy Garms (UNESP) Beatriz Belluzzo Brando Cunha	Corpo do texto: Referencial curricular; currículo da E. I.
2001 24 ^a Reuniã o da Anped	Políticas e organização do parque infantil no município de Campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950. Moysés Kuhlmann Júnior (USF) Maria Martha Silvestre Ramos	Corpo do texto: propostas pedagógicas
2001 24 ^a Reuniã o da Anped	Governando a subjetividade: a constituição do sujeito infantil no RCN/EI Maria Isabel Edelweiss Bujes (UFRGS)	Corpo do texto: Referencial Curricular; currículos; Diretrizes curriculares;
2001 24 ^a Reuniã o da Anped	Infância e gênero: o que se aprende nos filmes infantis? Ruth Ramos Sabat (UFRGS)	Corpo do texto: Currículo cultural;
2001 24 ^a Reuniã o da	Propostas pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retomar o debate	Corpo do texto: Currículo; Proposta pedagógica ou curriculares; discussão dos termos; etc.

Anped	Sonia Kramer (PUCRIO)	
2001 24 ^a Reunião da Anped	A rotina nas pedagogias da educação infantil: dos binarismos à complexidade Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)	Corpo do texto: Currículo; Usa mais "Propostas pedagógicas".
2001 24 ^a Reunião da Anped	A Contribuição das Pesquisas dos Programas de Pós-Graduação em Educação: Orientações Pedagógicas para Crianças de 0 a 3 anos em Creches Giandréa Reuss Strenzel (UFSC)	Corpo do texto: Projeto pedagógico;
2001 24 ^a Reunião da Anped	Educação infantil é ou não é escola no Movimento de Reorientação Curricular de Florianópolis? Verena Wiggers (UFSC)	Corpo do texto: Movimento de reorientação curricular; currículo; proposta pedagógica;
2001 24 ^a Reunião da Anped	A rotina no dia_a_dia da creche: entre o proposto e o vivido Rosa Batista (UFSC)	Corpo do texto: Proposta educacional pedagógica; Proposta pedagógica;
2000 23 ^a Reunião da Anped	Educação infantil: políticas públicas e ação institucional Giselle C. Martins Real (UEMS)	Corpo do texto: Projeto educacional; Proposta pedagógica em citação;
2000 23 ^a Reunião da Anped	O discurso sócio-moral moral de professoras da pré-escola Débora Anunciação Universidade do Estado da Bahia	Corpo do texto: Proposta pedagógica
2000 23 ^a	Desafios atuais da educação infantil e da qualificação de seus	Corpo do texto: Referencial curricular; Diretrizes; currículo;

Reunião da Anped	profissionais: onde o discurso e a prática se encontram? SILVA, Ana Paula Soares (FFCLRP/USP) ROSSETTI-FERREIRA, M. Clotilde (FFCLRP/USP)	
2000 23ª Reunião da Anped	A Produção Científica sobre Educação Infantil no Brasil nos Programas de Pós Graduação em Educação. Giandréa Reuss Strenzel UFSC	Corpo do texto: Orientações da prática pedagógica; currículo;
2000 23ª Reunião da Anped	La educación infantil en la república argentina: entre la Tradición y la vanguardia Patricia M. Sarlé Universidad de Buenos Aires	Corpo do texto: Currículo; orientações curriculares; proposições curriculares;
2000 23ª Reunião da Anped	Que infância é esta? Maria Isabel Edelweiss Bujes — UFRGS	Corpo do texto: Projeto educacional;
2000 23ª Reunião da Anped	Brincadeiras tradicionais musicais: análise do repertório recomendado pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / MEC NOGUEIRA, Monique Andries / UFG	Corpo do texto: Referencial curricular; Parâmetros curriculares;
2000 23ª Reunião da Anped	Salas de aulas nas escolas infantis e o uso de brinquedos e materiais pedagógicos Tizuko Morchida Kishimoto	Corpo do texto: Projeto pedagógico; Referencial curricular;

